



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS



ÍNDICE

1. Mensagem da Administração	3
2. Orientações para Participação em Assembleia Geral de Acionistas	4
3. Edital de Convocação	5
4. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas	6
Anexo I - Modelo de Procuração com Instruções de Voto	74
Anexo II - Modelo de Procuração sem Instrução de Voto	76



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado Acionista,

A Vivo Participações S.A. trabalha para aprimorar constantemente as suas práticas de governança corporativa, ao promover uma gestão profissionalizada e uma maior transparência e objetividade na comunicação com seus acionistas e com o Mercado em geral.

Acreditamos que quando estamos conectados, ampliamos nossas possibilidades e conseguimos realizar muito mais. Por isso elaboramos este Manual que tem por objetivo expor de forma clara e precisa as informações relacionadas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, detalhando as propostas a serem apreciadas e fornecendo todas as instruções necessárias para sua participação.

É importante ressaltar que cada ação ordinária corresponde a um voto na Assembleia Geral de acionistas. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere às matérias constantes nos artigos 9º e 10º do estatuto social da Companhia, que não serão apreciados nesta oportunidade.

Ante o exposto, temos o prazer de convidar V.Sa a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Vivo Participações S.A. ("Assembleia Geral"), que será realizada no dia 16 de abril de 2010, às 15:00h, em nossa sede, localizada na Rua Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Contamos com a sua presença.

Cordialmente,

A Administração



ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os Acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral comparecendo à sede da Companhia e proferindo seu voto, ou nomear um procurador para representá-lo, nos termos descritos no presente Manual.

1. Ao Acionista Presente:

O Acionista que desejar participar da Assembleia Geral, em caráter presencial, deverá se apresentar antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- Documento de identidade ou carteira de classe profissional, oficialmente reconhecida; e
- Comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.

2. Ao Acionista Representado por Procurador:

Caso o Acionista deseje participar da Assembleia Geral e não possa comparecer à sede da Companhia, poderá constituir procurador com poderes especiais para representá-lo, nos termos da Lei nº 6.404/76, parágrafo 1º do Art. 126.

A Procuração e os documentos que comprovem a qualidade de acionista deverão ser encaminhados para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, Rua Roque Petroni Júnior, nº 1464, 4º andar – lado A – São Paulo/SP – CEP: 04707-000 a/c de Carlos Schoeninger Raimar. Os documentos serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação, quais sejam:

- Instrumento de mandato (Procuração) com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da Companhia, com reconhecimento de firma do outorgante (Acionista); e
- Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição depositária e/ou custodiante.

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão estar notariados e consularizados.

A fim de auxiliar os acionistas, poderão ser utilizados os modelos de procuração constantes dos Anexos I e II deste Manual (Procuração com Instruções de Voto e Procuração sem Instruções de Voto, respectivamente). Os acionistas poderão utilizar outras procurações que não as sugeridas neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei 6404/76 e no Código Civil Brasileiro.



VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 02.558.074/0001-73 - NIRE 35.3.001.587.9-2
Companhia Aberta de Capital Autorizado

CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Vivo Participações S.A., por seu Presidente, Sr. Luis Miguel Gilpérez López tem a honra de convidar os senhores acionistas para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada às 15:00 horas do dia 16 de abril de 2010, na sede social da Companhia, situada na Av. Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, nesta cidade, com a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

I - Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

II - Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2010.

III – Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2009.

IV – Eleição de membros do Conselho Fiscal e fixação da sua respectiva remuneração.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

I - Fixação da remuneração global anual dos Administradores.

Em atenção às Instruções CVM nºs 165/91 e 282/98, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores para participarem da Assembleia deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.

Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária ora convocada, encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), desde o dia 15 de março de 2010, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM no 481/2009

São Paulo, 29 de março de 2010.

Luis Miguel Gilpérez López
Presidente do Conselho de Administração



INFORMAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS A SEREM DISCUTIDAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Propostas para deliberação:

1 - Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivo parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, bem como o respectivo parecer dos Auditores foram disponibilizados via sistema IPE no *website* da Comissão de Valores Mobiliários em 09 de fevereiro de 2010, publicadas em 10 de fevereiro de 2010 e explanadas, na mesma data, pela Administração por intermédio de áudio-conferência com os investidores e analistas. Todos os documentos referenciados encontram-se disponíveis a consulta por intermédio da página na rede mundial de computadores: www.vivo.com.br/ri e na sede da Companhia.

Os Comentários da Administração aos moldes do item 10 do Formulário de Referência anexo a Instrução CVM 480/09, foram postados via sistema IPE no *website* da Comissão de Valores Mobiliários em 15.03.2010, em atendimento ao art. 12, II da Instrução CVM 481 e são reproduzidos a seguir:

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Vivo entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, graças a capacidade de endividamento disponível, que aliada aos recursos gerados pelas operações, deve fornecer liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir sua estratégia comercial para um futuro previsível, no que tange ao capital de giro, dispêndios de capital e outras necessidades operacionais. O quadro abaixo apresenta um resumo dos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:



	2009	2008	2007	Varição percentual 2009/2008	Varição percentual 2008/2007
Patrimônio líquido	10.190,8	8.267,5	8.296,3	23,3	(0,3)
Ativo total	22.017,1	23.796,8	18.099,5	(7,5)	31,5
Receita líquida	16.363,2	15.469,7	12.492,5	5,8	23,8
Resultado Bruto	7.411,7	7.290,7	5.869,2	1,7	24,2
Resultado líquido	857,5	389,7	(99,8)	120,0	(490,5) ¹
Número de ações (exceto tesouraria)	399.591	367.396	1.437.623		
Valor patrimonial da ação (R\$)	25,50308	22,50297 ²	5,77085		
Resultado líquido da ação (R\$)	2,14594	1,06071	(0,06942)		

¹ Operou-se uma inversão de resultado ensejando a variação negativa destacada.

² Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2008, foi aprovado o processo de grupamento das 1.474.077.420 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 536.601.378 ordinárias e 937.476.042 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de 4 (quatro) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, resultando em 368.519.356 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 134.150.345 ações ordinárias e 234.369.011 ações preferenciais, nos termos do disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2009, totalmente subscrito e integralizado era de R\$8.780.150.322,86, representado por 400.713.827 ações escriturais, sendo 137.269.188 ações ordinárias e 263.444.639 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parte das ações preferenciais da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) desde 16 de novembro de 1998 sob a forma de American Depositary Shares (ADS). Em 31 de dezembro de 2009, havia aproximadamente 106.949.075 ADSs em circulação no mercado, incluindo 10.996.691 ADSs de titularidade da Brasilcel N.V., controladora da Companhia. Cada ação preferencial da Companhia corresponde a uma ADS.

Cada ação ordinária corresponde a um voto na Assembleia Geral de acionistas. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere às matérias descritas nos artigos 9º e 10º do estatuto social da Companhia.

Aos titulares das ações preferenciais é assegurada prioridade no reembolso de capital, o direito de participar na distribuição dos dividendos e o direito de voto pleno em situações especiais, conforme indicadas no artigo 7º do estatuto social.

A possibilidade de resgate de ações ou quotas não é aplicável à Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos



A Administração da Companhia, com base na análise de seus indicadores de desempenho, do perfil do endividamento e da geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações existentes, bem como para continuar a expandir suas operações. Embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá igual, caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar novos investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Em 31 de dezembro de 2009, a situação de endividamento total da Vivo era a seguinte:

Endividamento	Valor devido em 31 de dezembro de 2009
	<i>(em milhões de reais)</i>
Financiamento de instituições financeiras.....	5.124,5
Financiamento da ANATEL (3G).....	-
Dívida total	5.124,5
Dívida de longo prazo ⁽¹⁾	4.174,0
Dívida de curto prazo.....	954,7

⁽¹⁾ Exclui a parcela de curto prazo da dívida de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração de fluxo de caixa operacional aliado a financiamentos de capital de giro dos bancos privados e operações de mercado de capitais brasileiro. Para investimentos em ativos não circulantes, além da própria geração de fluxo de caixa operacional, também são utilizadas as linhas de financiamento junto a bancos de fomento como BNDES, BNB e BEI.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que sua geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante, sobretudo referente aos valores de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Acrescente-se que a relação dívida líquida sobre EBITDA em 31.12.2009 estava em 0,73, o que demonstra o baixo endividamento da Companhia em relação a sua geração de caixa operacional.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em virtude do processo de reorganização societária por intermédio do qual a Vivo S.A., subsidiária integral da Companhia, incorporou suas antigas controladas, aprovado em 31 de outubro de 2006, a Companhia assumiu todas as obrigações contratuais relativas às empresas incorporadas, respectivamente. Assim, as relações comerciais e jurídicas com as instituições financeiras em nada foram afetados, continuando a produzir seus legais e regulares efeitos.



Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha os seguintes contratos de empréstimo e financiamento tidos como relevantes:

Descrição	Taxa de Juros	Vencimento	Valor Total (em milhões de reais, exceto se indicado de forma diversa)	Saldo Devedor (em milhões de reais)
Abertura de Crédito nº 10/299/457-2 - BNDES	4,60% TJLP a.a e 8,63% UMBND a.a	Credito "A" em 15.07.2011 e credito "B" em 15.06.2011	110,4	33,16
Abertura de Crédito nº 07.2.0366.1 – BNDES	4,30% TJLP a.a.	15.08.2014	1.530,5	1.441,23
Contrato de Repasse nº 044.405742-8 - Unibanco	IGP-M + 9,45% a.a.	09.02.2010	110,0	176,02
Abertura de Crédito nº 02.449.992-A - BNB	10% a.a.	29.01.2015	247,3	193,44
Abertura de Crédito nº 02.449.992-B - BNB	10% a.a.	30.10.2016	389,0	394,19
Finance Contract– European Investment Bank	4,18% a.a 4,47% a.a	1ª tranche em 19.12.2014 2ª tranche em 02.03.2015	1ª tranche – USD100,0 milhões 2ª tranche – USD 265,2 milhões	635,07
Swap de Cobertura (1ª tranche) para operação com o European Investment Bank nº 911386- Citibank	-	19.12.2014	USD 100,0	(3,56)
Swap de Cobertura (2ª tranche) para operação com o European Investment Bank nº 15022008 - J.P Morgan	-	02.03.2015	USD 265,2	(13,98)
Swap nº LH4.98/29 – Itaú BBA	-	15.09.2009	72,0	(2,26)
Debêntures da 2ª Emissão	103,3% CDI - 1ª série 1ª repactuação da 1ª série - 120% CDI 2ª série – 104,20%	01.05.2015	1.000,0	1.014,63



Debêntures da 3ª Emissão	113,55% CDI	11.01.2010	210,0	232,28
Debêntures da 4ª Emissão	1ª série – 108,0% CDI 2ª série – 112,0% CDI 3ª série - IPCA + 7,0% a.a	15.10.2019	810,0	822,96
Notas Promissórias da 6ª Emissão	4,60% TJLP a.a e 8,63% UMBND a.a	Credito "A" em 15.07.2011 e credito "B" em 15.06.2011	110,4	33,16

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía somente as relações de longo prazo descritas no quadro acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As linhas de financiamento contratadas e descritas no quadro constante da alínea (i) acima, bem como nas captações de curto e longo prazo da Companhia que incluem cláusulas restritivas condicionadas ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"), tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação e correlatos a relação dívida líquida x EBITDA, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas em periodicidade semestral, durante a vigência dos respectivos contratos, e até 31 de dezembro de 2009 estavam sendo plenamente observadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$1.474,4 milhões (R\$1.431,9 milhões em 31 de dezembro de 2008). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

O contrato de prestação de SMP entre a Telemig, subsidiária integral da Companhia, e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$59,6 milhões (R\$56,9 milhões em 31 de dezembro de 2008), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinado limite baseado substancialmente em índices financeiros de balanço e LAJIDA ou EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), entre outras. Em 31 de dezembro de 2009, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas pela Telemig.

g. limite de utilização dos financiamento já contratados



Todas as linhas de créditos foram utilizadas e os investimentos devidamente comprovados. Em 31 de dezembro de 2009 a empresa não tinha nenhuma linha de crédito pendente de utilização.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inseridas neste Formulário de Referência, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 foram extraídas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras padronizadas consolidadas anuais da Companhia (as quais estão em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia). As referidas informações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, cujas disposições estão contidas na: (i) Lei das Sociedades por Ações; (ii) Lei nº 11.638/07; (iii) regras e regulamentos da CVM; (iv) normas e procedimentos de contabilidade emitidos pelo IBRACON; (v) pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e (vi) normas da legislação específica aplicáveis às operadoras de serviços de telecomunicações emitidas pela ANATEL.

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007

A tabela a seguir mostra determinados componentes dos resultados, nos períodos apresentados:

Demonstração de Resultado (consolidado)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2009	2008	2007	2009-2008	2008-2007
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Receita operacional líquida	16.363,2	15.469,7	12.492,5	5,8	23,8
Custo de serviços e mercadorias.....	(8.951,5)	(8.179,0)	(6.623,3)	9,4	23,5
Lucro bruto	7.411,7	7.290,7	5.869,2	1,7	24,2
Despesas operacionais:					
Vendas.....	(4.357,4)	(4.107,0)	(3.532,8)	6,1	16,3
Gerais e administrativas	(1.334,3)	(1.164,2)	(1.207,2)	14,6	(3,6)
Outras despesas operacionais, líquido	240,8	(469,9)	(509,4)	n.a.	(7,8)
Total de despesas operacionais.....	(5.450,9)	(5.741,1)	(5.249,4)	(5,1)	9,4
Lucro operacional antes das despesas financeiras, líquido.....	1.960,8	1.549,6	619,8	26,5	150,0
Despesas financeiras líquidas	(487,2)	(637,7)	(462,8)	(23,6)	37,8
Lucro (prejuízo) operacional.....	1.473,6	911,9	157,0	61,6	480,8
Despesas não operacionais líquidas	—	—	—	—	—
Lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social e participações minoritárias	1.473,6	911,9	157,0	61,6	480,8
Imposto de renda e contribuição social.....	(590,5)	(469,5)	(256,8)	25,8	82,8
Participações minoritárias	(25,6)	(52,7)	—	(51,4)	—
Lucro (prejuízo) líquido	<u>857,5</u>	<u>389,7</u>	<u>(99,8)</u>	<u>120,0</u>	<u>(490,5)</u>

As receitas operacionais não são apresentadas com base no valor líquido (isto é, após a dedução dos impostos) por categoria de serviços.

A tabela a seguir mostra determinados componentes das receitas operacionais líquidas nos períodos apresentados.



	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2009	2008	2007	2009-2008	2008-2007
(em milhões de reais)					
Franquia e utilização.....	10.477,8	10.014,0	8.000,8	4,6	25,2
Tarifas de interconexão.....	6.301,6	6.140,3	5.109,3	2,6	20,2
Vendas de aparelhos e acessórios	2.932,2	3.258,1	3.105,7	(10,0)	4,9
Outras	3.160,0	2.293,9	1.428,5	37,8	60,6
Receita operacional bruta	22.871,6	21.706,3	17.644,3	5,4	23,0
Impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos	(4.637,9)	(4.295,5)	(3.385,9)	8,0	26,9
Descontos concedidos e devolução de produtos vendidos	(1.870,5)	(1.941,1)	(1.765,9)	(3,6)	9,9
Receitas operacionais líquidas.....	<u>16.363,2</u>	<u>15.469,7</u>	<u>12.492,5</u>	<u>5,8</u>	<u>23,8</u>

A tabela abaixo apresenta o impacto sobre as receitas operacionais líquidas da consolidação da Telemig Celular Participações (Telemig) nos meses de abril a dezembro de 2008.

	Período de 31 de abril a 31 de dezembro de 2008
(em milhões de reais)	
Franquia e utilização	986,3
Tarifas de interconexão	519,4
Vendas de aparelhos e acessórios	156,4
Outras	177,2
Receita operacional bruta.....	1.839,3
Impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos.....	(292,5)
Descontos concedidos e devolução de produtos vendidos	(324,5)
Receitas operacionais líquidas.....	1.222,3

As receitas operacionais líquidas passaram de R\$15.469,7 milhões em 2008 para R\$16.363,2 milhões em 2009, representando um crescimento de 5,8% e de R\$12.492,5 milhões em 2007 para R\$15.469,7 milhões em 2008, representando um aumento de 23,8%. O aumento em 2009 reflete principalmente um aumento em outras receitas, principalmente nos serviços de acesso a Internet 3G, e receitas de franquia e utilização. O aumento em 2008 reflete principalmente a consolidação das receitas operacionais líquidas atribuíveis à Telemig a partir de abril de 2008, bem como um aumento em receitas de franquia e utilização, e vendas de aparelhos e acessórios

Franquia e Utilização. As receitas provenientes de uso passaram de R\$10.014,0 milhões em 2008 para R\$10.477,8 milhões em 2009 representando um crescimento de 4,6% de, e de R\$8.000,8 milhões em 2007 para R\$10.014,0 milhões em 2008 que por sua vez representou um aumento de 25,2%. O crescimento nas tarifas de uso em 2009 foi devido, principalmente, a um aumento de 15,1% na base de clientes que passou de 44,9 milhões em 2008 para 51,7 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2009. O aumento de 25,2% havido em 2008 reflete a consolidação de R\$986,3 milhões de receitas de uso atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. O crescimento nas tarifas de uso em 2008 foi devido principalmente a um aumento de 20,1% na base de clientes que passou de 37,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 para 44,9 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Interconexão. As receitas provenientes de interconexão passaram de R\$6.140,3 milhões em 2008 para R\$6.301,6 milhões em 2009, representando um crescimento de 2,6%, e de R\$5.109,3 milhões em 2007 para R\$6.140,3 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 20,2%. O aumento em 2009 foi devido, principalmente, a um aumento nas chamadas originadas e recebidas de longa distância, sejam elas de clientes da base da Companhia ou de clientes visitantes. O aumento em tarifas de interconexão em 2008 foi devido principalmente à consolidação de R\$579,4 milhões atribuíveis à Telemig, a partir de abril de 2008, bem como a um aumento nas chamadas móvel-móvel, concomitante com o aumento de número de terminais em uso e o número estático de telefones de linha fixa.



Vendas de aparelhos celulares e acessórios. As receitas provenientes das vendas de aparelhos e acessórios passaram de R\$3.258,1 milhões em 2008 para R\$2.932,2 milhões em 2009, o que representa uma diminuição de 10,0% passando de R\$3.105,7 milhões em 2007 para R\$3.258,1 milhões em 2008 que por sua vez representou um aumento de 4,9%. A diminuição em 2009 reflete um aumento na atividade de vendas de *Sim Cards (chip only)* e aparelhos celulares com tecnologia GSM que têm um menor preço médio de varejo. O aumento de 4,9% em 2008 foi devido principalmente à consolidação de R\$156,4 milhões atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008.

As receitas provenientes das vendas de aparelhos e acessórios são apresentadas antes de comissões e descontos promocionais e incluem impostos sobre o valor agregado. Em geral, a finalidade de vendas de aparelhos celulares é encorajar o crescimento de clientes e tráfego (e não necessariamente gerar lucros). Dessa forma, a Companhia subsidia parte dos custos dos aparelhos. A estratégia de subsídios resultou numa perda bruta (calculada como a diferença entre as receitas operacionais líquidas provenientes de vendas menos o custo dos produtos vendidos) para a Vivo de R\$653,5 milhões, R\$753,3 milhões (excluindo a Telemig), e R\$693,6 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

Outras. As receitas provenientes de outros serviços passaram de R\$2.293,9 milhões em 2008 para R\$3.160,0 milhões em 2009, o que representa um crescimento de 37,8% e de R\$1.428,5 milhões havidos em 2007 para de R\$2.293,9 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 60,6%. O aumento foi devido principalmente a um aumento na base de clientes e um aumento no uso de serviços relativos aos dados pelos clientes, incluindo serviços de Internet 3G, mensagem de texto, ou SMS, e outros serviços de valor agregado.

Impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos. Os impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos passaram de R\$4.295,5 milhões em 2008 para R\$4.637,9 milhões em 2009, representando um crescimento de 8,0%, e de R\$3.385,9 milhões para R\$4.295,5 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 26,9%. O aumento em 2009 foi devido, principalmente, a um aumento na receita operacional bruta, particularmente em receita de outros serviços, devido às maiores receitas de Internet 3G e mensagens de texto, e receita de tarifas de uso. O aumento em 2008 (excluindo a Telemig) foi devido, principalmente, a um aumento na receita operacional bruta. A consolidação dos impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos da Telemig dos meses de abril a dezembro de 2008 teve um impacto positivo de R\$292,5 milhões. A alíquota efetiva de impostos sobre receitas operacionais brutas varia dependendo da composição das receitas, uma vez que as tarifas de interconexão não estão sujeitas ao ICMS. Dessa forma, impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos corresponderam a 20,3%, 19,8% (20,1% excluindo a Telemig) e 19,2% das receitas operacionais brutas em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

Descontos e devolução de produtos vendidos. Descontos e devoluções passaram de R\$1.941,1 milhões em 2008 para R\$1.870,0 milhões, representando uma diminuição de 3,6% em 2009, e de R\$1.765,9 milhões havidos em 2007 para R\$1.941,1 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 9,9%. Descontos e devoluções corresponderam a 8,2%, 8,9% (8,1% excluindo a Telemig) e 10,0% das receitas operacionais brutas em 2009, 2008 e 2007, respectivamente. A redução em 2009 reflete os menores custos dos aparelhos celulares com tecnologia GSM, disponibilizados para fidelização de clientes. O aumento de 9,9% em 2008 reflete a consolidação de R\$324,5 milhões atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. Os descontos e devoluções de mercadorias da Vivo (excluindo a Telemig) diminuíram 8,5%, passando de R\$1.616,6 milhões em 2008 para R\$1.765,9 milhões em 2007, o que foi devido principalmente à diminuição nos descontos sobre aparelhos celulares como resultado do aumento da base de clientes que compraram aparelhos celulares com tecnologia GSM, que tem um custo médio menor.



Custo de serviços e bens

A tabela abaixo apresenta os componentes dos custos de serviços e mercadorias vendidas nos períodos indicados, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2009	2008	2007	2009-2008	2008-2007
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Custo de mercadorias vendidas	(2.011,0)	(2.441,9)	(2.096,8)	(17,6)	16,5
Depreciação e amortização	(2.286,1)	(1.707,0)	(1.378,9)	33,9	23,8
Insumos, outros serviços externos	(664,2)	(551,3)	(491,6)	20,5	12,1
Interconexão	(2.313,2)	(2.146,7)	(1.618,2)	7,8	32,7
Aluguel, seguro, taxas condominiais e linhas arrendadas.....	(672,7)	(555,8)	(436,1)	21,0	27,4
Pessoal.....	(144,2)	(120,1)	(102,9)	20,1	16,7
Impostos	(860,1)	(656,2)	(498,8)	31,1	31,6
Custo de serviços e produtos.....	<u>(8.951,5)</u>	<u>(8.179,0)</u>	<u>(6.623,3)</u>	<u>9,4</u>	<u>23,5</u>

Os custos de serviços e mercadorias passaram de R\$8.179,0 milhões em 2008 para R\$8.951,5 milhões em 2009, o que representa um crescimento de 9,4% e de R\$6.623,3 milhões em 2007 para R\$8.179,0 milhões em 2008 para, o que por sua vez representou um aumento de 23,5%. O aumento dos custos em 2009 foi devido principalmente a um aumento em custos de depreciação e amortização, interconexão e impostos, parcialmente compensado por uma redução no custo das mercadorias vendidas. O aumento dos custos em 2008 reflete a consolidação de R\$739,5 milhões de custos de serviços e mercadorias atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. O custo de serviços e mercadorias da Vivo (excluindo a Telemig) aumentou 12,3% passando de R\$6.623,3 milhões em 2007 para R\$7.439,5 milhões em 2008, o que foi devido principalmente a um aumento em custos de interconexão e custos de depreciação e amortização. A margem bruta (lucro bruto como porcentagem de receitas líquidas) corresponde a 45,3%, 47,4% (47,0% excluindo a Telemig) e 47,0% em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

Custo de mercadorias vendidas. Os custos de aparelhos celulares e acessórios passaram de R\$2.441,9 milhões em 2008 para R\$2.011,0 milhões em 2009, o que representa uma diminuição de 17,6% e de R\$2.096,8 milhões havidos em 2007 para R\$2.441,9 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 16,5%. A variação de tal linha em 2009 reflete um aumento nas vendas de aparelhos celulares com tecnologia GSM, em comparação a outros produtos, que possuem um custo médio mais baixo e vendas de *Sim Cards*. O aumento em 2008 reflete a consolidação de R\$192,5 milhões de custos de mercadorias vendidas atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. Os custos de mercadorias vendidas da Vivo (excluindo a Telemig) aumentaram 7,3% em 2008, passando de R\$2.096,8 milhões em 2007 para R\$2.249,4 milhões em 2008. O aumento em 2008 foi devido principalmente ao aumento da base de clientes que compraram aparelhos celulares com tecnologia GSM, que têm um custo médio menor, mas que foram vendidos em geral em maiores volumes.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização passaram de R\$1.707,0 milhões em 2008 para R\$2.286,1 milhões em 2009, o que representa um aumento de 33,9%, e de R\$1.378,9 milhões em 2007 para R\$1.707,0 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 23,8%. A variação observada em 2009 foi devida principalmente à depreciação acelerada de tecnologias CDMA e aos investimentos em ERBs digitais feitos neste período, além da amortização de licenças 3G. Em 2008, a consolidação das despesas de depreciação e amortização da Telemig dos meses de abril a dezembro de 2008 teve um impacto negativo de R\$151,6 milhões. O aumento em 2008 (excluindo a Telemig) foi devido principalmente à depreciação acelerada das tecnologias TDMA e CDMA, investimentos feitos na rede neste período e aumentos na amortização das licenças.



Insumos, outros serviços externos. Este custo passou de R\$551,3 milhões em 2008 para R\$664,2 milhões em 2009, o que representou um aumento de 20,5%, e de R\$491,6 milhões em 2007 para R\$551,3 milhões em 2008, o que, por sua vez, representou um aumento de 12,1%. O aumento em 2009 reflete um aumento em serviços terceirizados, principalmente em manutenção de planta e serviços públicos. A variação observada em 2008 reflete a consolidação de R\$45,1 milhões atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. Os insumos, serviços terceirizados e outros da Vivo (excluindo a Telemig) aumentaram de R\$491,6 milhões em 2007 para R\$506,2 milhões em 2008, o que representa um aumento de 3,0%. O aumento em 2008 foi devido principalmente a um aumento nos serviços terceirizados, principalmente na manutenção de planta e serviços públicos.

Interconexão. As despesas com interconexão passaram R\$2.146,7 milhões em 2008 para R\$2.313,2 milhões em 2009, o que representa um aumento de 7,8%, e de R\$1.618,2 milhões para R\$2.146,7 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 32,7%. O aumento em 2008 reflete a consolidação de R\$211,8 milhões de custos de interconexão atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. Excluindo a Telemig, as despesas com interconexão da Vivo em 2008 aumentaram 19,6%, passando de R\$1.618,2 milhões em 2007 para R\$1.934,9 milhões em 2008. Tal aumento é devido ao crescimento da base de Telefonia Celular no Brasil e ao maior volume de chamadas para a rede fixa resultado das campanhas de incentivo de uso. A variação observada em 2009 resulta principalmente do maior volume de chamadas para a rede fixa, resultado da campanha de incentivo ao uso além do aumento da base de clientes.

Aluguel, seguro, taxas condominiais, e linhas arrendadas. As despesas com aluguel, seguro, taxas condominiais e linhas arrendadas passaram de R\$555,8 milhões em 2008 para R\$672,7 milhões em 2009, o que representa um aumento de 21,0%, e passaram de R\$436,1 milhões em 2007 para R\$555,8 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 27,4%. Os aumentos em 2009 e 2008 são devidos principalmente a um aumento nos pagamentos de aluguéis compartilhados e na utilização dos circuitos.

Pessoal. As despesas com pessoal passaram de R\$120,1 milhões em 2008 para R\$144,2 milhões em 2009, traduzindo-se em um aumento de 20,1%, e de R\$102,9 milhões em 2007 para R\$120,1 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 16,7% ante os. O aumento em 2009 foi devido principalmente a um aumento nos salários nos termos do acordo de dissídio coletivo, que são renegociados anualmente, um aumento nos custos do programa de treinamento. O aumento em 2008 reflete a consolidação de R\$12,6 milhões atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. As despesas com pessoal da Vivo (excluindo a Telemig) cresceram 4,5%, passando de R\$102,9 milhões em 2007 para R\$107,5 milhões em 2008, principalmente devido a um aumento de salários de acordo com os termos do acordo coletivo, que é renegociado anualmente.

Impostos. Os impostos passaram de R\$656,2 milhões em 2008 para R\$860,1 milhões em 2009, o que representa um crescimento de 31,1%, e de R\$498,8 milhões em 2007 para R\$656,2 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 31,6%. O aumento dos impostos em 2009 reflete um aumento na taxa FISTEL, devido a um aumento na base tributável. Em 2008, o aumento foi atribuível principalmente à consolidação da Fistel e outros impostos da Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008 no valor de R\$53,1 milhões. O aumento em 2008 foi devido principalmente a um aumento no FISTEL, devido a um aumento na base de clientes.

Despesas operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das despesas operacionais no fim dos exercícios sociais encerrados nos períodos indicados, bem como a variação percentual em comparação ao exercício anterior:



	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2009	2008	2007	2009-2008	2008-2007
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Despesas de comercialização.....	(4.357,4)	(4.107,0)	(3.532,8)	6,1	16,3
Despesas gerais e administrativas.....	(1.334,3)	(1.164,2)	(1.207,2)	14,6	(3,6)
Outras despesas operacionais líquidas.....	240,8	(469,9)	(509,4)	(151,2)	(7,8)
Total.....	(5.450,9)	(5.741,1)	(5.249,4)	(5,1)	9,4

As despesas operacionais da Vivo passaram de R\$5.741,6 milhões em 2008 para R\$5.450,9 milhões em 2009, o que representa uma diminuição de 5,1%, e de R\$5.249,4 milhões em 2007 para R\$5.741,6 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 9,4%. A variação observada em 2009 foi devida principalmente a uma redução nas outras despesas operacionais líquidas, parcialmente compensadas por um aumento nas despesas de comercialização. O aumento em 2008 reflete a consolidação de R\$375,4 milhões de despesas operacionais atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. As despesas operacionais da Vivo (excluindo a Telemig) aumentaram 2,9%, passando de R\$5.249,4 milhões em 2007 para R\$5.403,2 milhões em 2008. O aumento nas despesas operacionais em 2008 foi devido principalmente a um aumento nas despesas de comercialização que foram parcialmente compensadas com uma redução nas despesas gerais e administrativas.

Despesas de comercialização. As despesas de comercialização passaram de R\$4.107,0 milhões em 2008 para R\$4.357,4 milhões em 2009, o que representa um crescimento de 6,1%, e de R\$3.532,8 milhões em 2007 para R\$4.107,0 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 16,3%. Em 2008, a consolidação das despesas de comercialização da Telemig, correlatas aos meses de abril a dezembro de 2008 teve um impacto negativo de R\$290,1 milhões na linha de despesas de comercialização. O aumento em 2009 reflete um aumento nos custos de terceiros, principalmente, custos relacionados à distribuição e atendimento ao cliente, e depreciação e amortização. O aumento foi parcialmente compensado por uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa, variando 29,8% e passando de R\$ 303,8 milhões em 2008 para R\$213,2 milhões em 2009. O aumento em 2008 (excluindo a Telemig) foi devido, principalmente, a um aumento nos custos de terceiros, principalmente, custos relacionados à distribuição e atendimento ao cliente, e um aumento nos custos do programa de fidelidade do cliente e depreciação e amortização. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representaram 1,1%, 1,4% e 2,1% das receitas brutas de 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$1.164,2 milhões em 2008 para R\$1.334,3 milhões em 2009, o que representa um aumento de 14,6%, e de R\$1.207,2 milhões em 2007 para R\$1.164,2 milhões em 2008, o que por sua vez representou uma redução de 3,6%. O aumento em 2009 reflete um aumento nos custos de depreciação e amortização e custos terceirizados, principalmente com manutenção da planta. Em 2008, a consolidação das despesas gerais e administrativas da Telemig dos meses de abril a dezembro de 2008 teve um impacto negativo de R\$95,2 milhões. A diminuição em 2008 (excluindo a Telemig) foi devida principalmente a uma diminuição nos custos de terceiros, principalmente com honorários de consultoria.

Outras despesas operacionais líquidas. O valor líquido das outras despesas operacionais passaram de R\$469,9 milhões em 2008 para uma receita de R\$240,8 milhões em 2009, o que representa uma diminuição de 151,2%, e de R\$509,4 milhões em 2007 para R\$469,9 milhões em 2008, o que por sua vez representou uma diminuição de 7,8%, com relação a uma despesa de. A diminuição em 2009 reflete um aumento nas receitas de despesas recuperadas, especialmente impostos. A diminuição em 2008 reflete a consolidação de R\$9,9 milhões de outras receitas operacionais líquidas atribuíveis à Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. As outras despesas operacionais líquidas da Vivo (excluindo a Telemig) diminuíram 5,8%, passando de R\$509,4 milhões em 2007 para R\$479,8 milhões em 2008. A diminuição



em 2008 foi devida principalmente à reversão de provisões, parcialmente compensada pelo aumento na amortização de ágio.

Despesas financeiras líquidas

A tabela a seguir apresenta determinados componentes das despesas financeiras, bem como a variação percentual de cada componente ante o exercício anterior, para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2009	2008	2007	2009-2008	2008-2007
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Receita financeira	199,8	304,2	186,0	(34,3)	63,5
Ganhos (perdas) cambiais.....	520,3	(920,1)	297,5	(156,5)	(409,3)
Ganhos (perdas) em contratos de derivativos em moeda estrangeira	(453,8)	519,5	(509,2)	(187,4)	(202,0)
Despesas financeiras	(753,5)	(541,3)	(437,1)	39,2	23,8
Total	(487,2)	(637,7)	(462,8)	(23,6)	37,8

As despesas financeiras líquidas refletem, entre outras coisas, o efeito líquido de receitas e despesas de juros, e o efeito líquido da flutuação da taxa de câmbio que afeta os empréstimos, financiamentos e operações com derivativos da Companhia.

As despesas financeiras líquidas passaram de R\$637,7 milhões em 2008 para R\$487,2 milhões em 2009, o que representou uma diminuição de 23,6%, passando de, e de R\$462,8 milhões em 2007 para R\$637,7 milhões em 2008, o que por sua vez representou um aumento de 37,8%. Este aumento foi devido principalmente aos efeitos extraordinários que ocorreram em 2008, tais como menores despesas financeiras mediante a aquisição de licenças e menor saldo de caixa investido, gerando menores receitas financeiras e menor endividamento durante todo o ano de 2009, além da taxa de juros real mais baixa em 2009 (9,88% em 2009 e 12,38% em 2008). O aumento em 2008 foi devido principalmente ao endividamento líquido gerado na aquisição da Telemig e reconhecimento de encargos financeiros relacionados às novas licenças. Além disso, despesas com PIS/COFINS sobre a alocação de juros sobre o capital próprio aumentaram a despesa financeira líquida em R\$13,9 milhões e a taxa de juros efetiva cresceu 11,8% em 2007 e 12,4% em 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, todos os endividamentos contraídos pela Companhia em moeda estrangeira e que somavam aproximadamente R\$761,4 milhões foram cobertos por posições sob contratos de *hedge*. Sob esses contratos de derivativos, as obrigações denominadas em moeda estrangeira das subsidiárias da Companhia foram trocadas por obrigações denominadas em reais com taxas de juros vinculadas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro, ou CDI. Isso resultou em uma receita de R\$343,9 milhões na dívida denominada em moeda estrangeira (uma perda de R\$688,3 milhões em 2008 e um ganho de R\$296,1 milhões em 2007), que foi compensada por perdas nos contratos de derivativos de taxa de juros e cambiais de R\$366,7 milhões em 2009 (um ganho de R\$519,5 milhões em 2008 e R\$509,4 milhões em 2007).

Despesa não-operacional líquida

Para 2009, 2008 e 2007, devido a uma mudança nas regras contábeis brasileiras, essa rubrica foi eliminada e é agora contabilizada como uma despesa operacional.



Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou despesas de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$469,5 milhões apurada em 2008 e de R\$590,5 milhões em 2009, o que representou um aumento de 25,8% e de R\$256,8 milhões que foi registrada em 2007, que por sua vez representou um aumento de 82,8% ante a despesa registrada em 2008.. Os aumentos em 2009 e 2008 estão relacionados a um maior lucro antes de imposto de renda e contribuição social em comparação com 2007.

Participações minoritárias

A participação minoritária registrada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 registrada no valor de R\$25,6 milhões, representou a participação minoritária na Telemig nos meses de janeiro a julho de 2009. A participação minoritária registrada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 no valor de R\$52,7 milhões, representou uma participação minoritária na Telemig nos meses de abril a dezembro de 2008. Em 2007, não houve participação minoritária registrada na Vivo devido à conclusão do processo de reestruturação societária iniciados em outubro de 2006.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

O lucro líquido de R\$ 857,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 representa um aumento de 120,0% em comparação ao total de R\$ 389,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008, que por sua vez apresenta um aumento de 490,5% em relação ao resultado negativo apresentado em 31 de dezembro de 2007 no valor de R\$ 99,8 milhões.

EBITDA

O EBITDA atingiu R\$5.218,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em contraste a R\$4.523,8 milhões verificados no mesmo período em 2008, representando um aumento de 15,4%, ou R\$694,5 milhões. Com relação a 2007, o aumento foi de 45,4%, representando portanto um incremento de R\$1.411,8 milhões em relação a 2008.

A tabela abaixo apresenta os componentes do EBITDA:



Cálculo do EBITDA (em milhões R\$)	2009	2008	2007	Variação percentual 2009/2008	Variação percentual 2008/2007
Resultado antes dos tributos e participações	1.473,6	911,9	157,0	61,6	480,8
(+) Depreciações e amortizações	3.257,5	2.974,2	2.492,2	9,5	19,3
(+ -) Despesas (receitas) financeiras, líquidas	487,2	637,7	462,8	(23,6)	37,8
EBITDA	5.218,3	4.523,8	3.112,0	15,4	45,4
Margem EBITDA	31,9%	29,2%	24,9%	9,1	17,4

¹ O EBITDA, conforme calculado, é igual ao resultado líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização, do resultado não operacional e minoritários. Margem EBITDA é igual ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, portanto, não foram objeto de auditoria ou revisão especial pelos auditores independentes da Companhia, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA e a Margem EBITDA de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como indicadores do desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto sobre a renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como ferramentas significativas para comparar, periodicamente, seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA permitem uma melhor compreensão não só sobre o seu desempenho financeiro, como também sobre sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e de obter recursos para suas despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a Margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, alíquotas de tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.



Principais alterações nas Contas Patrimoniais Consolidadas

Ativos

Ativo	2009	%	2008	%	2007	%	Δ% 2009/ 2008	Δ% 2008/ 2007
Caixa e equivalentes de caixa	1.258,6	5,7	2.182,9	9,2	2.191,0	12,1	(42,3)	(0,4)
Aplicações financeiras em garantia	39,2	0,2	41,5	0,2	32,4	0,2	(5,5)	28,1
Contas a receber, líquidas	2.546,8	11,6	2.578,5	10,8	2.178,7	12,0	(1,2)	18,4
Estoques	423,6	1,9	778,7	3,3	376,6	2,1	(45,6)	106,8
Tributos diferidos e a recuperar	1.982,7	9,0	2.358,7	9,9	1.622,0	9,0	(15,9)	45,4
Despesas antecipadas	311,3	1,4	316,6	1,3	228,9	1,3	(1,7)	38,3
Operações com derivativos	14,7	0,1	347,4	1,5	1,5	0,0	(95,8)	n.d.
Outros Ativos	246,0	1,1	323,0	1,4	198,4	1,1	(23,8)	62,8
Circulante	6.822,9	31,0	8.927,3	37,5	6.829,5	37,7	(23,6)	30,7
Realizável a longo prazo:								
Aplicações financeiras em garantia	51,3	0,2	47,3	0,2	27,1	0,1	8,5	74,5
Tributos diferidos e a recuperar	2.770,9	12,6	2.732,0	11,5	2.413,4	13,3	1,4	13,2
Operações com derivativos	137,1	0,6	285,3	1,2	9,0	0,0	(51,9)	n.d.
Despesas antecipadas	74,4	0,3	80,2	0,3	59,9	0,3	(7,2)	33,9
Outros Ativos	118,5	0,5	46,3	0,2	26,5	0,1	155,9	74,7
Investimentos	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	-	-
Imobilizado, líquido	6.445,1	29,3	7.183,9	30,2	6.316,9	34,9	(10,3)	13,7
Intangível, líquido	5.566,9	25,3	4.439,0	18,7	2.358,3	13,0	25,4	88,2
Diferido, líquido	29,9	0,1	55,4	0,2	58,8	0,3	(46,0)	(5,8)
Não circulante	15.194,2	69,0	14.869,5	62,5	11.270,0	62,3	2,2	31,9
Total do ativo	22.017,1	100,0	23.796,8	100,0	18.099,5	100,0	(7,5)	31,5

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total do ativo era de R\$22.017,1 milhões, 7,5% menor que o saldo em 31 de dezembro de 2008 que totalizava R\$23.796,8 milhões. O saldo total do ativo em 31 de dezembro de 2008 era 31,5% maior que o saldo de 31 de dezembro de 2007, que totalizava R\$18.099,5 milhões. As principais variações dos períodos em referências são descritas a seguir:

Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2009, as disponibilidades apresentaram uma redução de R\$924 milhões em relação a 31 de dezembro de 2008, devido,



principalmente à quitação total das licenças 3G junto à ANATEL além de pagamentos de empréstimos, financiamentos e fornecedores, parcialmente compensada pela geração de caixa operacional e novas captações. Em 31 de dezembro de 2008, as disponibilidades ficaram praticamente em linha na comparação com 31 de dezembro de 2007.

Contas a Receber. As contas a receber, líquidas em 31 de dezembro de 2009, sofreram uma redução de 1,2% em relação a dezembro de 2008, devido à diminuição de R\$11,0 milhões em contas a receber de interconexão e R\$113,0 milhões em contas a receber de mercadorias, compensada parcialmente pelo aumento de R\$31,0 milhões nas contas a receber de serviços e redução de R\$62,0 milhões na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de dezembro de 2008, as contas a receber líquidas aumentaram 18,4% quando comparadas a 31 de dezembro de 2007, cerca de R\$400,0 milhões. Esta variação deve-se ao aumento de R\$219 milhões de contas a receber de serviços, R\$59,0 milhões de contas a receber de mercadorias e R\$165 milhões das contas a receber de interconexão, compensado pelo aumento de R\$43,0 milhões na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Grande parte das variações entre os saldos de 31 de dezembro de 2008 e 2007 são originadas da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular, que representaram um crescimento líquido nas contas a receber de aproximadamente R\$212,0 milhões.

Estoques. Os estoques foram reduzidos em 45,6%, cerca de R\$355 milhões, em 31 de dezembro de 2009, quando comparados a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se ao grande volume de vendas em decorrência das campanhas efetuadas no período e redução no giro dos estoques. Em 31 de dezembro de 2008 os estoques aumentaram 106,8%, cerca de R\$402,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação deve-se ao aumento de volume de compras de aparelhos ocasionado pela atualização de portfólio de aparelhos de maior gama.

Impostos a Recuperar. Os tributos diferidos e a recuperar circulantes e não circulantes reduziram 6,6%, ou seja, cerca de R\$337,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 quando comparados a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se às reduções de R\$348,0 milhões no IR e CSSL diferidos (sobretudo relacionados aos benefícios fiscais de reestruturações societárias), R\$125,0 milhões de IR e CSSL antecipados e IR retido e R\$55,0 milhões de PIS e COFINS a recuperar, compensados pelo aumento de R\$191 milhões no ICMS a recuperar e a apropriar devido as maiores receitas sobre pré-pagos. Em 31 de dezembro de 2008, os tributos diferidos e a recuperar circulantes e não circulantes aumentaram 26,1%, cerca de R\$1.044,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação deve-se ao aumento de R\$354,0 milhões de IR e CSSL diferido (explicado principalmente pela geração de benefícios fiscais obtidos no processo de aquisição da Telemig Participações), R\$275,0 milhões de IR e CSSL antecipados, R\$129,0 milhões de PIS e COFINS a recuperar, R\$224,0 milhões de ICMS a recuperar e a apropriar e R\$73,0 milhões de IRRF. Deste aumento, R\$401,0 milhões são originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

Despesas Antecipadas. As despesas antecipadas circulantes e não circulantes reduziram 2,8%, cerca de R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se à redução de R\$13,0 milhões em propaganda e publicidade e R\$2,0 milhões em encargos financeiros, compensada pelo aumento de R\$4,0 milhões na Taxa FISTEL. Em 31 de dezembro de 2008, as despesas antecipadas circulantes e não circulantes aumentaram 37,4%, aproximadamente R\$108,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007, explicado principalmente pelo aumento de R\$90,0 milhões com Taxa FISTEL. Deste montante, aproximadamente R\$50,0 milhões são originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

As operações com derivativos circulantes e não circulantes reduziram 76% em 31 de dezembro de 2009 quando comparados a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se principalmente ao maior fluxo de liquidações de contratos de *swap* em 2009, cerca de R\$347,0 milhões, e ao resultado das operações no período. Em 31 de dezembro de 2008, as operações com derivativos aumentaram cerca de R\$622,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação é explicada pelo registro de 736 milhões no



resultado do exercício referente aos contratos com posição ativa no balanço, compensado pela liquidação de R\$17 milhões em contratos finalizados e R\$97,0 milhões de provisão para retenção de tributação por ganhos financeiros.

Ativos Circulantes. Os outros ativos circulantes e não circulantes reduziram cerca de R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 quando comparados a 31 de dezembro de 2008 explicado pela redução de R\$105,0 milhões com o diferimento dos subsídios na venda de mercadorias e R\$49 milhões nos créditos com fornecedores, compensada pelos aumentos de R\$85,0 milhões nos depósitos e bloqueios judiciais e R\$64,0 milhões nos créditos com empresas associadas e outros. Em 31 de dezembro de 2008 os outros ativos circulantes e não circulantes aumentaram 64,2%, em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação deve-se ao aumento de R\$70 milhões com diferimento de subsídios na venda de aparelhos, R\$68 milhões com créditos e adiantamentos a fornecedores e créditos com empresas associadas e R\$6 milhões com outros ativos. Deste aumento, R\$33 milhões são originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

Imobilizado Líquido e Intangível. O imobilizado e intangíveis líquidos aumentaram 33%, em 31 de dezembro de 2009 quando comparados a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se ao incremento de R\$2.369 milhões de CAPEX, R\$1.260 milhões de ágio gerado nos processos de incorporação de ações da Telemig Celular e Telemig Celular Participações, compensado por R\$3.240,0 milhões de depreciação, amortização e baixas do período. Em 31 de dezembro de 2008 o imobilizado e intangíveis líquidos aumentaram cerca de R\$2.948,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007, explicado pelo incremento de R\$4.003,0 milhões de CAPEX, pelo saldo de R\$794,0 milhões oriundo da aquisição da Telemig Participações e pelo ágio de R\$1.168 milhões pago nesta aquisição, compensado por R\$3.017 milhões de depreciação, amortização e baixas no período.

O diferido líquido reduziu 46% em 31 de dezembro de 2009 quando comparado a 31 de dezembro de 2008, devido à amortização das despesas pré-operacionais no período. Em 31 de dezembro de 2008, o diferido líquido reduziu aproximadamente R\$3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007, devido ao incremento de R\$39,0 milhões em despesas com a implantação da rede na região do Nordeste, compensada por R\$36,0 milhões com a amortização de despesas pré-operacionais no período.



Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido	2009	%	2008	%	2007	%	Δ% 2009/2008	Δ% 2008/2007
Pessoal, encargos e benefícios sociais	161,3	0,7	185,5	0,8	173,5	1,0	(13,0)	6,9
Fornecedores e contas a pagar	3.053,6	13,9	3.726,3	15,7	3.069,3	17,0	(18,1)	21,4
Impostos, taxas e contribuições	892,9	4,1	785,6	3,3	577,9	3,2	13,7	35,9
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	954,7	4,3	3.119,8	13,1	1.993,6	11,0	(69,4)	56,5
Juros sobre o capital próprio e dividendos	934,4	4,2	545,9	2,3	22,2	0,1	71,2	n.d.
Provisões para contingências	70,4	0,3	91,1	0,4	81,4	0,4	(22,7)	11,9
Operações com derivativos	31,0	0,1	105,4	0,4	438,9	2,4	(70,6)	(76,0)
Outras obrigações	834,8	3,8	820,2	3,4	546,2	3,0	1,8	50,2
Circulante Exigível a longo prazo :	6.933,1	31,5	9.379,8	39,4	6.903,0	38,1	(26,1)	35,9
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	4.169,8	18,9	4.883,3	20,5	2.391,9	13,2	(14,6)	104,2
Provisões para contingências	98,4	0,4	102,9	0,4	118,0	0,7	(4,4)	(12,8)
Impostos, taxas e contribuições	317,1	1,4	275,3	1,2	183,9	1,0	15,2	49,7
Operações com derivativos	131,4	0,6	98,0	0,4	10,3	0,1	34,1	851,5
Outras obrigações	176,5	0,8	202,2	0,8	196,1	1,1	(12,7)	3,1
Não circulante	4.893,2	22,2	5.561,7	23,4	2.900,2	16,0	(12,0)	91,8
Minoritários	-	-	587,8	2,5	-	-	(100,0)	100,0
Capital social realizado	8.780,1	39,9	6.710,5	28,2	6.347,8	35,1	30,8	5,7
Ações em tesouraria	(11,1)	(0,1)	(11,1)	(0,0)	(11,1)	(0,1)	-	-
Reservas de capital	518,7	2,4	708,6	3,0	1.071,3	5,9	(26,8)	(33,9)
Reservas de lucro	903,1	4,1	859,5	3,6	889,5	4,9	5,1	(3,4)
Resultados acumulados	-	-	-	-	(1,2)	(0,0)	-	(100,0)
Total do patrimônio líquido	10.190,8	46,3	8.267,5	34,7	8.296,3	45,8	23,3	(0,3)
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.017,1	100,0	23.796,8	100,0	18.099,5	100,0	(7,5)	31,5



Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total do passivo era de R\$22.017,1 milhões, 7,5% menor que o saldo de 31 de dezembro de 2008 que totalizava R\$23.796,8 milhões. O saldo total do passivo em 31 de dezembro de 2008 era 31,5% maior que o saldo de 31 de dezembro de 2007, que totalizava R\$18.099,5 milhões. As principais variações dos períodos em referências são descritas a seguir:

Fornecedores e Contas a Pagar. Os fornecedores e contas a pagar, reduziram 18,1% em 31 de dezembro de 2009 quando comparados a 31 de dezembro de 2008, explicado pela redução de R\$766 milhões de fornecedores de OPEX, CAPEX e mercadorias para revenda, valores a repassar à operadoras de longa distância, assistência técnica e outras contas a pagar, compensada pelo aumento de R\$93 milhões no passivo de interconexão e interligação. Em 31 de dezembro de 2008, os fornecedores e contas a pagar aumentaram cerca de R\$657 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação deve-se ao aumento de R\$690 milhões de fornecedores de OPEX, CAPEX e mercadorias para revenda, valores a repassar à operadoras de longa distância e passivos de interconexão e interligação, compensados pela redução de R\$33 milhões de valores a pagar com assistência técnica e outras conta a pagar. Deste aumento, R\$289 milhões são originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

Impostos, Taxas e Contribuições. Os impostos, taxas e contribuições circulantes e não circulantes aumentaram 14,1%, cerca de R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2009, quando comparados a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se ao aumento de R\$110,0 milhões de ICMS e R\$62 milhões de PIS e COFINS, FISTEL, FUST e FUNTTEL, compensado pela redução de R\$18,0 milhões de IR e CSLL e R\$5 milhões de CIDE. Em 31 de dezembro de 2008, os impostos, taxas e contribuições circulantes e não circulantes aumentaram 39,3% em relação a 31 de dezembro de 2007, devido ao aumento de R\$101 milhões de IR e CSLL, R\$144 milhões de ICMS, R\$46 milhões de PIS e COFINS, FISTEL, FUST e FUNTTEL, compensado pela redução de R\$4 milhões de CIDE e outros tributos a recolher. Deste aumento, R\$73 milhões são originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

Empréstimos e Financiamentos. Os empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias circulantes e não circulantes reduziram cerca de R\$2.878,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, quando comparados com 31 de dezembro de 2008. Esta variação é explicada principalmente pela liquidação do saldo das licenças 3G, a um maior fluxo de liquidações de operações de curto prazo, liquidação das notas promissórias (5ª e 6ª emissão) além das amortizações referentes às operações junto a bancos de fomentos (BNDES, BEI e BNB). Tais amortizações foram compensadas parcialmente pelas captações junto ao BNB e BNDES ocorridas no ano e a 4ª emissão de debêntures ocorrida em outubro/09. Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias circulantes e não circulantes aumentaram 82,5%, em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação é reflexo de R\$ 4.322,0 milhões de captações realizadas, pelo registro de R\$1.326 milhões de resultado apropriado no exercício e de R\$166,0 milhões de incorporação de contratos mantidos na Telemig Participações e na Telemig Celular, compensado pela liquidação de R\$2.196 milhões em contratos finalizados.

Provisões para Contingências. As provisões para contingências circulantes e não circulantes reduziram 13% em 31 de dezembro de 2009 quando comparadas a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se ao incremento de R\$135 milhões de novas contingências, compensado por R\$160 milhões de pagamentos e depósitos judiciais efetuados no exercício. Em 31 de dezembro de 2008, as provisões para contingências circulantes e não circulantes reduziram cerca de R\$5 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007, devido ao registro de R\$139 milhões de novas contingências, R\$7 milhões de correção monetária sobre estes passivos e R\$11 milhões referentes à consolidação da Telemig Participações e da Telemig



Celular, compensada por pagamentos da ordem de R\$162 milhões a título de quitações de ações e de depósitos judiciais efetuados no exercício.

Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos. Os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar aumentaram 71,2% em 31 de dezembro de 2009, quando comparados a 31 de dezembro de 2008, explicado pela destinação de R\$820 milhões de juros sobre o capital próprios e dividendos líquidos de IRRF, compensados por R\$424 milhões em pagamentos de dividendos e R\$7 milhões de juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos no exercício. Em 31 de dezembro de 2008 os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar aumentaram cerca de R\$ 524 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta variação deve-se à destinação de R\$ 530 milhões de juros sobre o capital próprios e dividendos líquidos de IRRF e de R\$ 60 milhões referentes à consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular, compensados por R\$ 52 milhões em pagamentos efetuados e R\$ 14 milhões de juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos no exercício.

Derivativos. Os derivativos circulantes e não circulantes reduziram 20% em 31 de dezembro de 2009, quando comparados a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se à liquidação de R\$72 milhões em contratos vencidos no período, compensados pelo registro de R\$18 milhões como resultado das operações no exercício de 2009 e pela contratação de operações no valor de R\$13 milhões. Em 31 de dezembro de 2008, os derivativos circulantes e não circulantes reduziram 54,7%, cerca de R\$246 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007 reflexo da liquidação de R\$559 milhões em contratos finalizados, compensado pelo registro de R\$217 milhões como resultado das operações no exercício de 2008, referentes aos contratos com posição passiva no balanço e por R\$96 milhões originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

Outras Obrigações Circulantes. As outras obrigações circulantes e não circulantes se mantiveram praticamente em linha com redução de 1% em 31 de dezembro de 2009, quando comparadas a 31 de dezembro de 2008. Esta variação deve-se ao aumento de R\$67 milhões nas receitas diferidas e R\$6 milhões na provisão para fundo de pensão e grupamento de ações, compensado pela redução de R\$30 milhões na provisão para desmobilização de ativos e R\$54 milhões na provisão para o programa de fidelização e outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2008, as outras obrigações circulantes e não circulantes aumentaram cerca de R\$280 milhões, em relação a 31 dezembro de 2007 Explicado pelo aumento de R\$16 milhões nas receitas diferidas, R\$37 milhões nas provisões para desmobilização de ativos, R\$42 milhões na provisão de programas de fidelização, R\$ 8 milhões na provisão para fundos de pensão, R\$127 milhões no grupamento de ações e R\$3 milhões nas obrigações com empresas do grupo, compensados pela redução do passivo de aquisição de licença 1.9 Mhz em R\$45 milhões e R\$8 milhões de outras obrigações. Deste aumento citado de R\$280 milhões, R\$174 milhões são originados da consolidação da Telemig Participações e da Telemig Celular.

Participações Minoritárias. As participações minoritárias reduziram em R\$588 milhões em 31 de dezembro de 2009 quando comparadas a 31 de dezembro de 2008, devido ao processo de troca das ações dos acionistas minoritários da Telemig Celular e Telemig Celular Participações por ações da Vivo Participações. Em 31 de dezembro de 2008, as participações minoritárias aumentaram cerca de R\$588 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007, em decorrência dos reflexos contábeis da participação societária no patrimônio líquido de sua controlada Telemig Participações, dos quais R\$535 milhões referem-se à participação acionária não adquiridas ao final do exercício e R\$53 milhões referem-se à participação minoritária sobre os lucros obtidos no exercício.



Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido aumentou cerca de R\$1.923 milhões em 31 de dezembro de 2009, quando comparado a 31 de dezembro de 2008, explicado pelo aumento de capital de R\$1.879 milhões oriundo do processo de incorporação das ações da Telemig Celular Participações e à constituição de R\$44 milhões da reserva legal. O restante do lucro líquido do exercício R\$820 milhões, somados a R\$7 milhões de juros sobre o capital próprio prescritos foram destinados aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2008, o patrimônio líquido sofreu uma redução de 0,3%, cerca de R\$29 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2007, variação esta explicada pelo lucro líquido do exercício de R\$ 390 milhões e de R\$14 milhões de dividendos prescritos no exercício, compensados por R\$427 milhões de destinações de lucros a título de dividendos e juros sobre capital próprio, além de R\$6 milhões por reflexo de ajustes resultantes do atendimento às mudanças na legislação societária, oriundas da Lei 11.638/07

Fluxo de Caixa

A redução líquida do Caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$924,3 milhões, sendo que foram gerados R\$4.819,3 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R\$2.264,9 milhões nas atividades de investimento e houve uma redução de R\$3.478,7 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

:

Demonstração do Fluxo de Caixa <i>(em milhares de reais)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.819,3	4.239,9	3.508,4
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.264,9)	(4.773,3)	(2.011,4)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.478,7)	525,3	(708)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(924,3)	(8,1)	789
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	2.182,9	2.191,0	1.402,0
No fim do período	1.258,6	2.182,9	2.191,0

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente em virtude do crescimento das receitas pelo aumento do parque e a eficiência no controle dos custos decorrente da melhoria nos processos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$4.819,3 milhões, R\$579,4 milhões acima dos R\$4.239,9 milhões gerados no mesmo período de 2008. Essa variação deveu-se, principalmente, aos melhores resultados da Companhia no exercício

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: equipamentos de transmissão, infra-estrutura, equipamentos de comutação e terminais em comodato.

As atividades de investimentos apresentam um consumo de caixa de R\$2.264,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Se comparado ao consumo gerado no exercício de 2008, que foi



de R\$4.773,3 milhões, observa-se uma redução de consumo na ordem de R\$2.508,4 milhões, tendo em vista que em 2008 houve a aquisição das licenças 3G e os desembolsos decorrentes da aquisição da Telemig.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em prover capacidade para amortizações e juros dos empréstimos e financiamentos e para o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi negativo em R\$3.478,7 milhões frente aos R\$ 525 milhões positivos em 2008. O principal motivo dessa diferença é que em 2009 as amortizações de empréstimos superaram as captações, principalmente pelo pré-pagamento das licenças 3G entre outros vencimentos do período.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pelos seguintes itens:

- tarifas de uso, que abrangem tarifas relativas a chamadas efetuadas, franquia, *roaming* e serviços similares;
- receitas oriundas da venda de aparelhos e acessórios;
- tarifas de interconexão (ou tarifas de uso de rede), que consistem em valores cobrados de outros provedores de serviços de telefonia celular e fixa ou de longa distância, relativas ao uso da rede da Companhia; e
- outras tarifas, inclusive tarifas relativas a serviços de mensagem de texto (SMS), WAP, *downloads*, encaminhamento de chamadas, chamadas em espera, correio de voz e bloqueio de chamadas.

A composição das receitas operacionais foi afetada pela mudança para serviços pré-pagos (que dão origem a tarifas de uso e tarifas de interconexão, porém não dão origem a tarifas mensais de assinatura, tendo atraído clientes de baixa renda para os serviços prestados pela Companhia), graças ao foco estratégico de rentabilidade e crescimento seletivo de clientes, e pela alteração na contabilização de receitas relacionadas aos serviços pré-pagos.

As adições líquidas da Vivo (número de novos clientes menos cancelamentos) geraram um aumento de 14,0% no número de clientes pós-pagos para 9,8 milhões em 2009 comparado a 8,6 milhões em 2008. O número de 2008 representou um crescimento de 21,1% dos 7,1 milhões em 2007. Da mesma forma, as adições líquidas geraram um aumento de 15,4% no número de clientes pré-pagos, para 42,0 milhões em 2009, comparado a 36,4 milhões em 2008. O número de 2008 representou um crescimento de 20,1% dos 30,3 milhões em 2007.

As receitas operacionais não são apresentadas com base no valor líquido (isto é, após a dedução dos impostos) por categoria de serviços.



(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia pode ajustar livremente os preços de público desde que compreendidos no preço limite homologado pela ANATEL.

No que tange as tarifas de VU-M, os valores praticados são objeto de pacto entre as Operadoras e na ausência de acordos, definidos pelo Regulador.

A concorrência no setor de telecomunicações é substancial. A Companhia enfrenta forte concorrência não apenas de empresas de telefonia móvel, mas também daquelas que prestam serviços de telefonia fixa e serviços especiais, tais como *trunking* (rádio despacho) e outros operadores especialistas em serviços de dados.

Adicionalmente, a intensificação da concorrência pode resultar na redução da taxa de crescimento, diminuição das tarifas, aumento da taxa de rotatividade de clientes, diminuição da base de assinantes, aumento de despesas e perda de profissionais importantes para concorrentes, causando um efeito negativo sobre os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida da Vivo diminuiu R\$ 132,6 milhões no comparativo de 2009 e 2008. Essa variação advém principalmente dos efeitos extraordinários ocorridos em 2008, tais como despesas financeiras das licenças 3G, menor saldo de caixa aplicado, gerando uma menor receita financeira e menor endividamento no decorrer de 2009, aliado a uma menor taxa de juros efetiva em 2009 (9,88% em 2009 e 12,38% em 2008).

A variação cambial tem pouca influência no resultado financeiro, pois as operações financeiras em moeda estrangeira são protegidas por *swaps* de câmbio para CDI.



	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2009	2008	2007	2009-2008	2008-2007
Total	<u>(487,2)</u>	<u>(637,7)</u>	<u>(462,8)</u>	<u>(23,6)</u>	<u>37,8</u>

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Com a promulgação da Lei n.º 11.638/07 e a edição da Medida Provisória n.º 449/08, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao seu capítulo XV, que trata de matéria contábil, com vigência a partir das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A seguir são destacados os principais pronunciamentos que impactaram as demonstrações contábeis e as notas explicativas da Companhia e de suas controladas nos exercícios de 2007, 2008 e 2009:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;



- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007;
- CPC 02 Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº. 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008; e
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, que já foram aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com aplicação mandatória a partir de 2010, inclusive para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentadas para fins de comparabilidade.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção desses novos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações que poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras, nos seus resultados e na base de apuração de dividendos, a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, incluindo os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentados para fins de comparabilidade.

Os seguintes pronunciamentos e interpretações deverão ser adotados pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras a partir de 2010, com aplicação retrospectiva no que for aplicável:

Pronunciamentos

- CPC 15 - Combinação de Negócios, aprovado pela Deliberação CVM nº. 580, de 31 de julho de 2009;
- CPC 16 - Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº. 575, de 5 de junho de 2009;
- CPC 18 - Investimento em Coligadas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 605, de 26 de novembro de 2009;
- CPC 19 - Investimento em Empreendimento Conjunto, aprovado pela Deliberação CVM nº. 606, de 26 de novembro de 2009;



- CPC 20 - Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº. 577, de 5 de junho de 2009;
- CPC 21 - Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº. 581, de 31 de julho de 2009;
- CPC 22 - Informação por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº. 582, de 31 de julho de 2009;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº. 592, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 24 - Eventos Subseqüentes, aprovado pela Deliberação CVM nº. 593, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº. 594, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 595, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº. 583, de 31 de julho de 2009;
- CPC 30 - Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 597, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº. 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº. 600, de 7 de outubro de 2009;
- CPC 35 - Demonstrações Separadas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 607, de 26 de novembro de 2009;
- CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 608, de 26 de novembro de 2009;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº. 609, de 22 de dezembro de 2009;
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009; e
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº. 610, de 22 de dezembro de 2009;

Interpretações

- ICPC 01 - Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM nº. 611, de 22 de dezembro de 2009;



- ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, aprovada pela Deliberação CVM nº. 613, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 06 - *Hedge* de Investimento Líquido em Operação no Exterior, aprovada pela Deliberação CVM nº. 616, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 07 - Distribuição de Lucros in Natura, aprovada pela Deliberação CVM nº. 617, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, aprovada pela Deliberação CVM nº. 601/09, de 7 de outubro de 2009;
- ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, aprovada pela Deliberação CVM nº. 618, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, aprovada pela Deliberação CVM nº. 619, de 22 de dezembro de 2009;
- ICPC 11 - Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes, aprovada pela Deliberação CVM nº. 620, de 22 de dezembro de 2009; e
- ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Reestruturação e Outros Passivos Similares, aprovada pela Deliberação CVM nº. 621, de 22 de dezembro de 2009.

b. *efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Nos quadros abaixo, fazemos uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos gerados no balanço patrimonial consolidado do exercício de 2007, no patrimônio líquido para os exercícios de 2008, 2007 e 2006 e na demonstração do resultado da controladora e consolidado para os exercícios de 2008 e de 2007, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Os efeitos no balanço patrimonial de 2008 já estão refletidos na apresentação das demonstrações financeiras. Para que os ajustes sejam demonstrados em sua totalidade, os dados dos quadros desta seção são demonstrados em milhares de reais.



Balanco Patrimonial

ATIVO	Saldos originalmente divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07	Saldos de 2007 reapresentados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07
<i>(Em milhares de reais)</i>			
Tributos diferidos e a recuperar	4.048.293	(12.900) (1)	4.035.393
Operações com derivativos	4.751	5.744 (2)	10.495
Imobilizado, líquido	6.301.389	15.466 (3)	6.316.855
Intangível, líquido	1.660.299	30.631 (4)	1.690.930
Diferido, líquido	89.464	(30.631) (4)	58.833
PASSIVO			
Impostos, taxas e contribuições	752.331	9.494 (1)	761.825
Empréstimos e financiamentos	4.381.440	4.029 (2)	4.385.469
Operações com derivativos	453.143	(3.975) (2)	449.168

Patrimônio líquido

Breve descrição do ajuste	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	Controladora			Consolidado		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	<u>8.265.688</u>	<u>8.297.577</u>	<u>8.371.746</u>	<u>8.265.688</u>	<u>8.297.577</u>	<u>8.371.746</u>
Arrendamento mercantil financeiro (5)	-	-	-	10.200	15.466	21.681
Valor justo de operações com derivativos (6)	(1.275)	77	(254)	(117.832)	11.011	10.770
Valor justo de empréstimos (6)	-	(104)	366	150.388	(4.027)	(9.182)
Valor presente de ativos monetários (6)	-	-	-	(31.242)	(24.325)	(24.479)
Imposto de renda e contribuição social sobre o total dos ajustes (7)	434	9	(38)	(3.915)	637	411
Equivalência patrimonial sobre os ajustes da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 (8)	8.440	(1.220)	(873)	-	-	-
Efeitos dos ajustes da Telemig Participações dos exercícios de 2006 e 2007 que não transitaram por resultado (9)	(5.760)	-	-	(5.760)	-	-
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08 (10)	<u>1.839</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(799)</u>	<u>1.839</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(799)</u>
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	<u>8.267.527</u>	<u>8.296.339</u>	<u>8.370.947</u>	<u>8.267.527</u>	<u>8.296.339</u>	<u>8.370.947</u>



Demonstração do resultado

	Breve descrição do ajuste	Exercício findo em 31 de dezembro de			
		Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Lucro líquido (prejuízo) antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		<u>391.064</u>	<u>(78.935)</u>	<u>380.846</u>	<u>(99.391)</u>
Depreciação do arrendamento mercantil financeiro	(5)	-	-	(5.266)	(6.215)
Receitas (despesas) financeiras de:					
Valor justo de operações com derivativos	(6)	(1.352)	330	(128.843)	241
Valor justo de empréstimos	(6)	104	(469)	154.415	5.155
Valor presente de ativos monetários	(6)		-	(6.917)	154
Imposto de renda e contribuição social sobre o total dos ajustes	(7)	425	47	(4.552)	226
Equivalência patrimonial sobre os ajustes da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	(8)	9.660	(347)	-	-
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08	(10)	<u>8.837</u>	<u>(439)</u>	<u>8.837</u>	<u>(439)</u>
Lucro líquido (prejuízo) com a aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		<u>399.901</u>	<u>(79.374)</u>	<u>389.683</u>	<u>(99.830)</u>

1. Inclui os ajustes a valor presente do ICMS (CIAP) sobre aquisições de ativos fixos, utilizando a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a provisão de IRRF sobre os ajustes a valor de mercado das operações com derivativos e o imposto de renda (25%) e a contribuição social (9%) diferidos contabilizados;
2. Ajustes a valor de mercado das operações com derivativos e empréstimos, quando aplicável, conforme as diretrizes do CPC 14;
3. Ajuste do arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática. Contempla a capitalização do custo líquido na data de transição e sua respectiva depreciação, conforme as diretrizes do CPC 06;
4. Transferências do Ativo Diferido para o Ativo Intangível: (i) dos saldos residuais do ágio apurado quando da aquisição da Ceterp Celular S.A. e (ii) saldo do fundo de comércio de lojas próprias, conforme as diretrizes do CPC 01;
5. Despesas com a depreciação de equipamentos de informática decorrente do ajuste do arrendamento mercantil financeiro (item 3);
6. Receitas (despesas) financeiras, decorrentes dos ajustes a valor de mercado das operações com derivativos e empréstimos (item 2) e do valor presente do ICMS (CIAP) (item 1). Adicionalmente, contempla o ajuste a valor presente sobre o passivo da licença 3G contabilizado na Telemig Celular;
7. Imposto de renda (25%) e a contribuição social (9%), aplicados a todos os ajustes acima descritos;



8. Equivalência patrimonial decorrente dos ajustes acima descritos;
9. Efeitos da Telemig Participações apurados nos exercícios de 2007 e de 2006, que foram reconhecidos no patrimônio líquido devido à Sociedade somente ter adquirido participação acionária em abril de 2008 (nota 1d);
10. Resultado líquido de todos os ajustes acima descritos.

Adicionalmente, por conta da eliminação da linha de “Resultado não operacional”, promovida pela Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade reclassificou despesas nos montantes de R\$31,8 milhões e R\$20,8 milhões nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 para a linha de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, assim como sua divulgação em nota explicativa.

As práticas contábeis adotadas pela companhia para o encerramento do exercício de 2009 são consistentes com as utilizadas nos encerramentos de 2008 e 2007.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008 contém parágrafo de ênfase relativa à alteração das práticas contábeis em decorrência da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que sejam efetuados certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de seus ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como tal julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros são formados, a seguir são resumidas as principais práticas contábeis críticas, na opinião da Administração:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

b) Contas a receber, líquidas



Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, e acessórios. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, levando-se em conta os valores vencidos há mais de 90 dias, exceto para contas a receber de interconexão, além de parcela em negociação com os clientes. Informações referentes a abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa .

c) Estoques

São representados pelos aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré pagos e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajuste a mercado quando aplicável. Foi constituída provisão para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pelas controladas em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida em que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

e) Taxa FISTEL

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O imobilizado está líquido de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como



sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

i) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Inclui ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, licenças de autorização adquiridas da ANATEL, valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) e outros ativos intangíveis.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

j) Provisão para recuperação de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis da Companhia.



O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado. Eles representam a melhor estimativa da Administração referente às condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo de capital- "*CAPM - The Capital Asset Pricing Model*"- Modelo de Precificação de Ativos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 2,5 a 4,5%.

Os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a uma taxa de desconto de 14% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas: As receitas são projetadas entre 2010 e 2014 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;
- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

k) Diferido

Os gastos pré-operacionais anteriores a 1 de janeiro de 2009, referem-se a despesas pré operacionais da Global Telecom (totalmente amortizadas em 2009) e aos custos de formação de rede na região do Nordeste, sendo amortizados pelo método linear, no prazo de 10 anos. Conforme permitido pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a Vivo optou em manter o saldo do ativo diferido que não foi possível ser alocado a outras contas, até a sua completa amortização. Os ativos diferidos também são revisados anualmente com a finalidade de avaliar a sua recuperabilidade.

l) Impostos, taxas e contribuições

As receitas de vendas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. As



demais receitas auferidas pelas controladas, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva que possam ser utilizadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Também são incluídas na rubrica de impostos, taxas e contribuições as obrigações legais. Os tributos classificados como obrigações legais são aqueles para os quais a Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente sua legalidade ou constitucionalidade. São constituídas provisões para a totalidade desses valores, independentemente da avaliação dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas quanto às possibilidades de perda.

m) Provisões para contingências

São determinadas com base em opiniões de seus consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e está atualizada até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

n) Provisão para o programa de fidelização

As controladas possuem programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos e serviços. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

o) Juros sobre o capital próprio

É permitido às companhias brasileiras pagar juros sobre o capital próprio, o qual é similar ao pagamento de dividendos, porém é dedutível para fins de apuração de tributos sobre a renda. A Companhia decidiu pagar os juros para seus acionistas, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e, para fins de atendimento à legislação tributária, provisionou o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras anuais, a Companhia reverteu a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, seguindo as normas contábeis brasileiras e diretrizes da CVM. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.



p) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou de suas controladas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Incluem os saldos a receber de acordos comerciais que são provenientes de transações correntes entre as controladas e seus fornecedores, tendo como principais referências o volume de compras e as campanhas de *marketing* compartilhadas.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As controladas são patrocinadoras de fundos de pensão de benefícios pós-emprego e assistência médica e de outros benefícios pós-emprego para seus empregados. As contribuições das controladas são determinadas de forma atuarial e registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

r) Subvenção e assistência governamentais

A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A Telemig possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A Vivo possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no Lucro da Exploração, para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.



Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

s) Apuração do resultado

As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os tributos, os descontos e as devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício:

s.1) Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações

A receita de serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada é calculada e reconhecida quando os serviços são prestados. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

s.2) Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios), efetuadas em lojas próprias, são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de *dealers*, são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

s.3) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras.

t) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são lançados diretamente no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

t.1) Ativos financeiros: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da



avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento: incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que, quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(iv) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias (i) a (iii) acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de despesas ou receitas financeiras. As variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

t.2) Passivos financeiros: Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos, financiamentos e debêntures. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: incluem passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.

t.3) Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.



t.4) Operações de *hedge*: os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam:

(i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%);

(ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e

(iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de valor justo, sendo estes os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à conta contábil de receita ou despesa, no resultado do período;

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e de 2007, a Companhia e suas controladas não possuíam *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimentos no exterior.

u) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências, provisão para desmobilização de ativos, provisão para o programa de fidelização e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

v) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas é o Real.

w) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) vigente na data das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos no resultado, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras.



x) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da Companhia e suas controladas e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- Atividades de financiamento: São as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia e suas controladas.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

y) Participação dos empregados nos resultados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas.

z) Lucro líquido por lote de mil ações

Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.



10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições nos controles internos da Companhia. Além disso, a Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los e mantê-los sempre confiáveis e eficientes.

A Companhia possui controles eficientes que garantem o processo de certificação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX – Seção 404) sem nenhuma fraqueza material (*Material Weakness*) ou deficiência significativa (*significant deficiency*), fato que reafirma o comprometimento com a efetividade de seus controles internos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, transparência e criação de valor para os acionistas no longo prazo.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve comentários, no relatório do auditor independente, sobre deficiências e recomendações significativas que pudessem impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da Oferta foram utilizados:

Com relação aos três últimos exercícios sociais, podemos destacar a seguinte oferta pública de distribuição:

Em 21 de outubro de 2009, a Companhia ofertou 810 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, da espécie quirografária, em três séries, de sua 4ª (quarta) emissão. Os recursos provenientes de tal distribuição foram utilizados para: (i) o pagamento integral do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão, no valor total de R\$500,0 milhões, bem como os juros estimados em aproximadamente R\$15,0 milhões; e (ii) o saldo remanescente destinado para o reforço do capital de giro.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos.



10.8. Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando ¹

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i). descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Em 2009 foram investidos R\$2.400,0 milhões ou 14,5% da receita líquida. Este montante destinou-se principalmente a manutenção da soberania da qualidade de rede de serviços, suportando o crescimento de mercado da Companhia, o aumento da capacidade das redes GSM/EDGE e sustentando ofertas de tráfego de voz, bem como promovendo a continuidade da expansão da rede WCDMA/HSPA, a continuação do

¹ Informação relativa ao último exercício social.



crescimento da operação Nordeste, o cumprimento das metas de cobertura estabelecidas pela Anatel e o projetos de transmissão visando à redução dos custos operacionais.

Além disso, houve investimentos destinados ao *roll out* de integração sistêmica na operação Minas Gerais e aquisição e início de implantação de um novo *Data Center*.

A Companhia também teve projetos de inovação e novos lançamentos de serviços que incluem a internet móvel pré-paga.

A Companhia encerrou o ano com liderança de cobertura de municípios GSM, levando seu serviço a quase 90% da população brasileira. Em relação à cobertura de dados 3G, também realizou investimentos para manutenção de liderança.

Foram investidos ainda em expansões pontuais da capilaridade de canais físicos e inauguração de um novo conceito de loja para uma melhor experiência em atendimento.

(ii). fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos projetos da Companhia tende a ser a própria geração de seu caixa operacional e/ou linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas, empréstimos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha e bancos de fomentos ou ainda captações de mercado de curto ou longo prazo.

(iii). desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em decorrência de obsolescência e redução de fornecimento de serviços e equipamentos para manutenção, a Companhia vem realizando desativações de algumas de suas tecnologias. Adicionalmente, as mesmas são impactadas pelo próprio *roadmap* de atualização/ evolução tecnológica dos fornecedores de rede e aparelhos, que associadas às demandas de mercado e restrições espectrais, motivaram o desligamento da tecnologia EVDO (*Evolution Data Only*) - solução para atendimento aos serviços de dados para a tecnologia CDMA (*Code Division Multiple Access* - atualmente em estágio de depreciação acelerada como já citado anteriormente) e do TDMA (*Time Division Multiple Access*) – uma das primeiras soluções para atendimento ao serviço digital de voz (pós fase de desinvestimento na tecnologia analógica - AMPS).

Estes desinvestimentos tecnológicos são inerentes ao setor de comunicação móvel e por vezes refletem aumento das despesas com depreciação e amortização (como observadas no capítulo de mesma nomenclatura).

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços indicando:

(i). descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

(ii). montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.



Não se aplica.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia permanecerá focando seus investimentos em projetos que garantam qualidade de atendimento e sustentabilidade. Nesse sentido a Companhia continuará realizando investimentos na capacidade de rede GSM (suportando as ofertas de massa), ampliando a cobertura de dados 3G (internet móvel) e realizando projetos pontuais de infra-inclusão de acesso ao serviço de comunicação móvel como por exemplo o atendimento ao município de Belterra na mesorregião do Baixo Amazonas (oeste do Pará) - projeto este realizado em 2009. Ainda outros projetos estão sendo tratados dentro da plataforma de trabalho do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Outrossim, investimentos estruturais ainda serão realizados como construção de um Novo Data Center (continuação de investimentos já iniciados) e a finalização de harmonização e integração dos sistemas de MG (anterior Telemig, recentemente adquirida) visando atingir sinergias operacionais e em custos. Além disso novos produtos e serviços de inovação estão sendo analisados para futuros lançamentos ao mercado. Por fim, para o exercício de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o total de R\$ 2.490,0 milhões para investimentos da Companhia.

2 – Orçamento de Capital para o exercício de 2010

Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6404/76, vimos submeter à deliberação de V.Sas. o Orçamento de Capital da Vivo Participações S.A. e suas controladas para o exercício de 2010, no valor de R\$ 2.490.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, a ser aprovado nesta data.

Este orçamento não contempla gastos com licenças e/ou frequências.

Proposta de Orçamento de Capital da Vivo S.A.	R\$ 2.256.089.257,10
Proposta de Orçamento de Capital da Telemig Celular S.A.	R\$ 233.910.742,90
Total	R\$ 2.490.000.000,00

Fontes de Financiamento:	
Recursos próprios/ terceiros	R\$ 2.490.000.000,00

3 – Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2009.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, a Administração da Companhia propõe a V.Sas. que a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2009, no valor de R\$ 871.393.700,85 (oitocentos e setenta e um milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos reais e oitenta e cinco centavos), lançados à conta de Lucros Acumulados, seja a seguinte:



Conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17/12/2009

EVENTOS - Em RS exceto qtde de ações	2009	2008	2007	2006
Lucro Líquido do Exercício	871.393.700,85	399.900.959,48	(78.935.455,10)	70.773.081,92
(-) Reserva Legal (5% sobre o Lucro Líquido)	43.569.685,04	19.995.047,97	-	3.538.654,09
Lucro Líquido Ajustado	827.824.015,81	379.905.911,51	(78.935.455,10)	67.234.427,83
(+) Utilização de reservas de expansão		46.892.678,71		
(-) JSCP (bruto)	104.135.762,30	161.113.275,00		
Data aprovação do JSCP em RCA	14/12/2009	17/12/2008		
Data da posição acionária com direito ao JSCP	30/12/2009	30/12/2008		
(+) Dividendos prescritos	6.676.008,62			
(=) Saldo LLA 2009	730.364.262,13	265.685.315,22	-	67.234.427,83
Dividendos complementares	730.364.262,13	265.685.315,22	-	16.808.606,96
Data da posição acionária com direito ao Dividendo	26/2/2010	19/3/2009		15/3/2007
Total de dividendos + JSCP - Valor Bruto	834.500.024,43	426.798.590,22	-	16.808.606,96
Total de dividendos + JSCP - Valor Líquido	818.879.660,08	402.631.598,97	-	16.808.606,96
Quantidade de ações da Vivo Part (excluído tesouraria)	399.590.102	367.395.631	1.437.622.845	1.437.622.845
Quantidade Ações ONs	137.269.188	134.150.345	524.931.665	524.931.665
Quantidade Ações PNs	262.320.914	233.245.286	912.691.180	912.691.180
JSCP por ação ON (líquido)	0,221515491780	0,372748808627	-	-
JSCP por ação PN (líquido)	0,221515491780	0,372748808627	-	-
Total dividendos + JSCP das ações ordinárias	281.305.631,56	147.016.358,80	-	-
Total dividendos + JSCP das ações preferenciais	537.574.028,52	255.615.240,17	-	16.808.606,96
Dividendo + JSCP por ação ON (líquido)	2,049299159273	1,095907422399	-	-
Dividendo + JSCP por ação PN (líquido)	2,049299159273	1,095907422399	-	0,018416532698
Dividendo com base em Lucro de Exercício(s)				
Anterior(es)	-	46.892.678,71	-	-
Dividendo com base em Lucro de Exercício(s)				
Anterior(es) por Ação (líquido)	-	0,127635373840	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido por ação	2,18	1,09	(0,05)	0,05
% Dividendo e Jscp (líquido de IRRF) sobre o Lucro Líquido (excluindo Reserva legal)	98,9%	106,0%	-	25,0%
% Dividendo e Jscp (bruto) sobre o Lucro Líquido (excluindo Reserva legal)	100,8%	112,3%	-	25,0%

1-Reserva Legal

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido à constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 43.569.685,04 (quarenta e três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos).

2 – Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Atendendo ao previsto no Estatuto Social da Companhia e nos dispositivos legais aplicáveis, a Administração da Companhia propõe que seja deliberado o pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais acima do valor mínimo de 3% sobre o Patrimônio Líquido ou 6% sobre o capital social preferencial, conforme demonstrado abaixo. Dessa forma propõe-se o pagamento de um dividendo de R\$ 2,049299159273 em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais, no montante total líquido de R\$ 818.879.660,08 (oitocentos e dezoito milhões, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta reais e oito centavos).

Tais dividendos, declarados com base no balanço de encerramento do exercício de 2009 aos possuidores de ações ordinárias e preferenciais, é composto por juros sobre o capital próprio no valor líquido de R\$ 88.515.397,96 (oitenta e oito milhões, quinhentos e quinze mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa



e seis centavos), aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2009 e imputados aos dividendos, na forma do artigo 9º da Lei 9.249/95, e dividendos no valor de R\$730.364.262,13 (setecentos e trinta milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e treze centavos), conforme demonstramos a seguir:

2.1 – Demonstrativo do cálculo do dividendo das ações Preferenciais

a) 3% do Patrimônio Líquido

Descrição	Valor – R\$
Patrimônio Líquido Total	10.921.187.973,16
Quantidade total de ações (excluindo tesouraria)	399.590.102
Valor Patrimonial da Ação (V.P.A.)	27,33097722
Quantidade de ações Preferenciais (excluindo tesouraria)	262.320.914
Dividendo mínimo prioritário %	3%
Dividendo mínimo por ação preferencial	0,819929316
Dividendo mínimo apurado para ações Preferenciais	215.084.607,71

b) 6% do Capital Social

Descrição	Valor – R\$
Capital Social (excluindo tesouraria)	8.769.080.433,06
Quantidade total de ações (excluindo tesouraria)	399.590.102
Valor Unitário da Ação (V.U.A.)	21,945189306
Quantidade de ações Preferenciais (excluindo tesouraria)	262.320.914
Dividendo mínimo prioritário %	6%
Dividendo mínimo por ação preferencial	1,316711358340
Dividendo mínimo apurado para ações Preferenciais	345.400.926,99



c) 25% do Lucro Líquido (excl. Reserva legal)

Descrição	Valor – R\$
Lucro Líquido do Exercício	871.393.700,85
(-) Reserva Legal – 5%	(43.569.685,04)
Lucro Líquido Ajustado	827.824.015,81
Dividendo mínimo prioritário %	25%
Dividendo mínimo apurado	206.956.003,95

d) Dividendo Proposto:

Descrição	Valor – R\$
Dividendo/JSCP Proposto (líquido)	818.879.660,08
Ações Preferenciais	537.574.028,52
Ações Ordinárias (igualdade de condições com preferenciais)	281.305.631,56

Distribuição entre JSCP e dividendos e a imputação dos JSCP está demonstrada como se segue:

Juros sobre o Capital Próprio Bruto	104.135.762,30
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	(15.620.364,34)
Valor Líquido dos Juros Imputados aos Dividendos	88.515.397,96
Dividendos	730.364.262,13
Dividendos / JSCP Líquido	818.879.660,08
Quantidade de Ações ordinárias e preferenciais (excluídas ações em tesouraria)	399.590.102
Juros Sobre Capital Próprio por Ação (bruto)	0,260606460918
Juros Sobre Capital Próprio por Ação (líquido de IRRF)*	0,221515491780

(*)exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam legalmente dispensados da referida tributação.

A distribuição de Dividendo está demonstrada conforme segue:

Dividendo – R\$	730.364.262,13
Ações Ordinárias – R\$	250.898.379,88
Ações Preferenciais – R\$	479.465.882,25

Dividendo em R\$ por ação	Valor
Quantidade de Ações ordinárias	137.269.188
Quantidade de Ações preferenciais (excluídas ações em tesouraria)	262.320.914
Ações PN	1,827783667493
Ações ON	1,827783667493

Este montante resulta em um total de JSCPs acrescidos dos dividendos líquidos no valor de R\$ 2,049299159273 por ação ordinária ou preferencial.

Os valores relativos aos juros sobre o capital próprio e dividendos deliberados e pendentes de pagamento serão pagos da seguinte forma: i) 50% em 19 de abril de 2010 e ii) 50% em 25 de outubro de 2010.



INFORMAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS A SEREM DISCUTIDAS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1 - Fixação da remuneração global anual dos Administradores.

Para o exercício social de 2010, o valor proposto para a remuneração global dos administradores é de até R\$15.652.657,00.

Em atendimento ao art. 12, II da Instrução CVM 481, a Companhia apresenta abaixo as informações indicadas no item 13 do formulário de referência da Instrução CVM 480/09:

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática de remuneração dos executivos que compõem o Conselho de Administração, as Diretorias Estatutária e Não Estatutária, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria segue diretrizes que consideram as referências de mercado e a performance individual no alcance das metas negociadas nos fóruns competentes e vinculadas aos resultados empresariais, além da importância estratégica do executivo para o resultados da organização.

A Companhia utiliza o modelo de valoração de cargos (grades salariais) e parâmetros de mercado (faixas salariais ajustadas conforme pesquisas de mercado), contratando para tal, serviços de consultorias especializadas para assessoria na definição e validação dos critérios utilizados.

Práticas de remuneração competitivas permitem reconhecer e diferenciar os executivos que contribuem para o sucesso da empresa, reforçam o compromisso dos mesmos para com os desafios da organização e alinham seus objetivos à Missão, visão e valores da empresa. Nesse sentido os programas de compensação fixa e variável da Companhia objetivam contribuir para fortalecer o comprometimento organizacional em todos os níveis.

Conselho de Administração:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração contempla o pagamento de honorários fixos mensais, benefícios diretos e indiretos, além de remuneração variável por intermédio de programa de participação de resultados.

Diretoria Não Estatutária:

A prática de remuneração contempla o pagamento de salário, benefícios diretos e indiretos, além de remuneração variável por intermédio de programa de participação de resultados.

Conselho Fiscal:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.



Comitê de Auditoria:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

(b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os elementos centrais do sistema de remuneração são:

- (1) remuneração fixa (salário ou honorário fixo) – tem por objetivo reconhecer e refletir o valor da experiência e responsabilidade do cargo e do próprio executivo (experiência, competência e entregas).
- (2) benefícios diretos e indiretos – tem por objetivo compor um conjunto de benefícios objetivando a atratividades e a permanência dos executivos e colaboradores na Companhia.
- (3) remuneração variável – tem por objetivo a remuneração pela contribuição aos resultados da sua área e da organização.

Importante registrar que a Companhia não tem sistema de distribuições baseadas em participação acionária.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício 2009

PROPORÇÃO DE CADA ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ⁽¹⁾				
	Honorários Fixos	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	37%	6%	57%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

⁽¹⁾ Inclui informações da empresa: Vivo Participações S/A



Exercício 2010

PROPORÇÃO DE CADA ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ⁽¹⁾				
	Honorários Fixos	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	46%	12%	42%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(1) Inclui informações da empresa: Vivo Participações S/A

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e iv- razões que justificam a composição da remuneração:

Remuneração fixa (salário ou honorário fixo) e benefícios diretos e indiretos:

A remuneração fixa é constituída pelo pagamento de 12 parcelas, por ano, para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e membros do Conselho Fiscal; e para os colaboradores dos demais níveis hierárquicos é acrescida do 13º salário.

A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração fixa e de composição de benefícios deve ser compatível com a importância da sua função na estrutura organizacional; utiliza-se dos critérios da política de remuneração, de parâmetros de mercado definidos através de avaliação de cargos e de pesquisas salariais.

O reajuste da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Estatutária é apreciada e definida pelo Conselho de Administração, com respeito e observância ao valor da remuneração global e anual aprovada pelos acionistas em Assembléia Geral. O reajuste da remuneração dos demais colaboradores da Companhia é negociado anualmente com os sindicatos representantes da categoria através de aprovação em Acordo Coletivo, além de reajustes individuais por méritos e promoções para cargos superiores na estrutura hierárquica da empresa.

Remuneração variável:

A remuneração variável tem como objetivo recompensar os executivos por resultados atingidos, sendo composta por: objetivos corporativos, objetivos setoriais e desempenho individual.

A remuneração variável é dividida em dois Programas:

(1) PACTO – Programa Anual de Compromissos com os Targets Organizacionais, que abrange toda a população Gerencial e Executiva, incluindo a Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária. Este programa é suportado pela metodologia do BSC – *Balanced Scorecard* constituído por um conjunto de metas corporativas, metas setoriais (em cada área de negócio) e avaliação individual de desempenho (de



acordo com os critérios do Programa de Gestão de *Performance*). Este modelo reforça o espírito de trabalho em grupo e o sentimento de responsabilidade de cada um pelos resultados alcançados. As metas (corporativas, setoriais e individuais) são ponderadas para garantir o alinhamento à estratégia de negócios. O sistema de indicadores de *performance* - BSC – *Balanced Scorecard* da Companhia - mede esse desempenho e abrange os seguintes indicadores: Satisfação (clientes e colaboradores); Crescimento (*share* de receita e receita líquida) e Rentabilidade (eficiência operacional). Este sistema de reconhecimento pelos resultados atingidos está baseado em uma tabela de múltiplos de salários por grupo hierárquico, e considera uma curva de pagamentos a partir de 80% de atingimento de resultados, podendo chegar a 120% de atingimento.

(2) PPR – Programa de Participação nos Resultados, que abrange toda a população dos demais níveis hierárquicos (não gerencial). Este programa é constituído por um conjunto de metas corporativas, debatidas e aprovadas anualmente com todas as lideranças sindicais da categoria em todos os estados da federação do Brasil (aproximadamente 26 representantes sindicais). Este modelo incentiva os colaboradores da Companhia a contribuir com os resultados organizacionais. A escala de atingimentos utilizada parte de um mínimo de 80% até ao máximo de 120% de atingimento das metas Corporativas – que são ponderadas para garantir o alinhamento à estratégia de negócios. O Programa de Participação nos Resultados da Companhia está alinhado às melhores práticas de mercado, sendo considerado um modelo de remuneração variável agressiva e diferenciada do mercado. Este sistema de reconhecimento pelos resultados atingidos encontra-se baseado em uma tabela de múltiplos de salários, que compõe a estratégia de *total cash* de remuneração. Considera uma curva de pagamentos a partir de 80% do *score* total das Metas Corporativas, podendo chegar a 120%.

Os sistemas de recompensa apresentados acompanham as tendências e práticas do mercado referencial da Companhia, sendo que, periodicamente, todos os critérios que balizam estes sistemas são comparados às melhores práticas de mercado para aferição dos níveis de competitividade.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os indicadores de desempenho para determinação dos elementos de remuneração variável levam em consideração a estratégia da organização traduzida em indicadores financeiros, de qualidade, crescimento, satisfação e eficiência operacional, reavaliados anualmente.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

O indicador de desempenho decorrente dos resultados financeiros define diretamente a remuneração variável total de todos os colaboradores e executivos da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Uma vez que a Companhia considera essencialmente os resultados financeiros como parâmetro para determinação os limites da remuneração variável anteriormente detalhada, assegura desta forma uma remuneração auto-sustentável (*self funding*), sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração é suportada pelas próprias Companhias a que estão vinculados os Conselheiros de Administração, Conselhos Fiscais, integrantes do Comitê de Auditoria e Controle, Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários e colaboradores.



(g) existência de remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado encerrado em 31 de dezembro de 2009 e à remuneração fixa prevista para o exercício social corrente relativa ao Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Vivo Participações S/A

Exercício 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	6	3	18
Valores em Reais				
Remuneração Fixa Anual	1.266.454	274.806	180.000	1.721.260
Honorários Fixos	1.050.454	236.200	180.000	1.466.654
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	38.606	N/A	38.606
Participação em comitês	216.000	N/A	N/A	216.000
Outros	N/A	N/A	N/A	0
				0
Remuneração Variável	0	166.405	0	166.405
Bônus	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	166.405	N/A	166.405
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0
Comissões	N/A	N/A	N/A	0
Outros	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0



Vivo Participações S/A

Exercício 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	7	3	19
Valores em Reais				
Remuneração Fixa Anual	1.728.000	361.550	180.000	2.269.550
Honorários Fixos	1.512.000	289.834	180.000	1.981.834
Benefícios Diretos e Indiretos	0	71.716	0	71.716
Participação em comitês	216.000	0	0	216.000
Outros	N/A	N/A	N/A	0
				0
Remuneração Variável	0	262.457	0	262.457
Bônus	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	262.457	N/A	262.457
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0
Comissões	N/A	N/A	N/A	0
Outros	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0

13.3 Remuneração Variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e remuneração prevista para o exercício social de 2010:

Exercício 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽⁴⁾
Número de membros	9	6	3	18
Valores em Reais				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	0
				0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	N/A	209.968	N/A	209.968
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas ⁽³⁾	N/A	175.237	N/A	175.237
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	166.405	N/A	166.405

⁽¹⁾ O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de menos de 80% das metas previstas.

⁽²⁾ O valor máximo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de mais de 120% das metas previstas.

⁽³⁾ O valor previsto no plano de remuneração considera 100% das metas atingidas.

⁽⁴⁾ Inclui informações da empresa: Vivo Participações S/A

Exercício 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽⁴⁾
Número de membros	9	7	3	19
Valores em Reais				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	0
				0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	N/A	262.457	N/A	262.457
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas ⁽³⁾	N/A	216.830	N/A	216.830
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	0

⁽¹⁾ O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de menos de 80% das metas previstas.

⁽²⁾ O valor máximo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de mais de 120% das metas previstas.

⁽³⁾ O valor previsto no plano de remuneração considera 100% das metas atingidas.

⁽⁴⁾ Inclui informações da empresa: Vivo Participações S/A.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há remunerações de longo prazo ou benefícios vinculados à ocorrência de plano de ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Não aplicável.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.



13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:



Em 2007 a Companhia reorganizou seus planos de previdência complementar, oriundos do antigo Sistema Telebrás, lançando o plano VivoPrev para colaboradores e extensivo aos diretores estatutários. Este plano é administrado pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar.

As contribuições para este plano estão limitadas mensalmente a 8% do salário ou honorário fixo e a contrapartida desta contribuição é efetuada pela Companhia.

Este plano de previdência não é extensivo aos membros do Conselho de Administração.

O referido plano não oferece possibilidade de resgate antecipado.

Exercício 2009	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	Conselho Fiscal ⁽¹⁾
Número de membros	9	6	3
Administradores participantes do plano de previdência	N/A	N/A	N/A
Nome do plano	N/A	N/A	N/A
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições da patrocinadora acumuladas no plano de previdência até 31.12.2009	N/A	N/A	N/A
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o exercício 2009	N/A	N/A	N/A

⁽¹⁾ Considerando-se a empresa Vivo Participações S.A.



13.11. Em forma de tabela, indicação da remuneração do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício 2009

Órgão ⁽¹⁾	Número de membros	Valor da maior remuneração individual ⁽²⁾	Valor da menor remuneração individual ⁽²⁾	Valor médio de remuneração individual ⁽²⁾
Conselho de Administração	9	168.000	168.000	168.000
Diretoria Estatutária	6	142.448	55.398	78.318
Conselho Fiscal	3	60.000	60.000	60.000

⁽¹⁾ Inclui a empresa Vivo Participações S.A.

⁽²⁾ O valor de remuneração individual inclui as verbas de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos e benefícios indiretos, por ano, na data de 31/12/2009

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Cada um dos nossos diretores estatutários possuem contratos baseados em negociações específicas pautadas nos critérios de relevância do cargo e do executivo, condições anteriores a nomeação como estatutários e aderência as práticas de mercado.

Os impactos de indenização não são significativos para o resultado da Organização.

13.13. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:



Exercício 2009

Órgão	Percentual de remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos membros que são partes relacionadas aos controladores
Conselho de Administração	18%
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	N/A

13.14. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável.

13.15. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16. Outras informações relevantes.

Não aplicável.



5 – Eleição de membros do Conselho Fiscal e fixação de sua respectiva remuneração

A acionista Brasilcel N.V. submete à Assembleia as seguintes indicações relativas à composição do Conselho Fiscal com mandato até a próxima AGO:

Conselho Fiscal
Nome – Paula Bragança França Mansur
Idade - 41 anos
Profissão - Administradora de Empresas
CPF ou número do passaporte - 706.845.966-87
Cargo eletivo ocupado – Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição – 16/04/2010
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO
Outros cargos ou funções exercidos no emissor - Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa - Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
<ul style="list-style-type: none">• Cargo - Diretora de Controladoria• Funções inerentes ao cargo –<ul style="list-style-type: none">• Gestão da Contabilidade e tributos em <i>Brazilian gaap</i>, IFRS e <i>US Gaap</i> para o Consolidado, empresa controladora e subsidiárias.• Relacionamento com auditoria externa e interna;• Definição dos procedimentos contábeis, e adoção das práticas;• Atividades de implantação e controle dos de processos e procedimentos que afetem a informação financeira da Telesp.



<p>Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor</p> <p>Prestação de serviços de telecomunicações</p>
<p>Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p> <p>Diretora Executiva de Controladoria da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>
<p>i. Qualquer condenação criminal – Não aplicável</p>
<p>ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável</p>
<p>iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não aplicável</p>
<p>Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>
<p>a) administradores do emissor: Não há.</p> <p>b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor. Não há.</p> <p>c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor. Não há.</p> <p>d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor. Não há.</p>
<p>Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>



- a) **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.** Não aplicável.
- b) **controlador direto ou indireto do emissor.** Não aplicável.
- c) **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.** Não aplicável.

Conselho Fiscal
Nome – Ademir José Mallmann
Idade – 52 anos
Profissão - Diretor Financeiro
CPF ou número do passaporte - 263873010-68
Cargo eletivo ocupado – Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição – 16/04/2010
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO
Outros cargos ou funções exercidos no emissor - Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa – Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Diretor Financeiro
<ul style="list-style-type: none">• Funções inerentes ao cargo – Funções inerentes.



<p>Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor</p> <p>Prestação de Serviços de Telecomunicações.</p>
<p>Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p> <p>Diretor Financeiro da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>
<p>i. Qualquer condenação criminal – Não aplicável</p>
<p>ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável</p>
<p>iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não aplicável</p>
<p>Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>
<p>a) administradores do emissor: Não há.</p> <p>b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor. Não há.</p> <p>c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor. Não há.</p> <p>d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor. Não há.</p>
<p>Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>



- a) **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.** Não aplicável.
- b) **controlador direto ou indireto do emissor.** Não aplicável.
- c) **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.** Não aplicável.



Conselho Fiscal
Nome – Fabiana Faé Vicente Rodrigues
Idade - 37 anos
Profissão - advogada
CPF ou número do passaporte - 177.777.148-05
Cargo eletivo ocupado – Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição – 16/04/2010
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO
Outros cargos ou funções exercidos no emissor - Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa - Portugal Telecom Brasil S.A.
<ul style="list-style-type: none">• Cargo - Diretora• Funções inerentes ao cargo - Gestão jurídica dos interesses do Grupo Portugal Telecom no Brasil e gestão corrente das atividades da sociedade Portugal Telecom Brasil S.A.
<ul style="list-style-type: none">• Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor Telecomunicações.

<p>Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>
<p>i. Qualquer condenação criminal – Não aplicável</p>
<p>ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável</p>
<p>iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não aplicável</p>
<p>Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>
<p>a) administradores do emissor: Não há.</p> <p>b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor. Não há.</p> <p>c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor. Não há.</p> <p>d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor. Não há.</p>
<p>Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>
<p>a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor. Não aplicável.</p> <p>b) controlador direto ou indireto do emissor. Não aplicável.</p> <p>c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. Não aplicável.</p>



Conselho Fiscal
Nome – Soraia Zanchetti Garcia
Idade – 31 anos
Profissão - Contadora
CPF ou número do passaporte - 264.530.128-20
Cargo eletivo ocupado – Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição – 16/04/2010
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO
Outros cargos ou funções exercidos no emissor - Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa – Portugal Telecom S.A.
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Contadora• Funções inerentes ao cargo – Funções inerentes.
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa - MCCAIN DO BRASIL ALIMENTOS LTDA
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Supervisora Contábil• Funções inerentes ao cargo - Responsável pelos departamentos contábil e financeiro, onde me reportava diretamente a Argentina. Responsável por todos os reportes gerenciais e legais da empresa.
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
Comercio de Alimentos Congelados, empresa de médio porte, limitada.



<p>Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>
<p>i. Qualquer condenação criminal – Não aplicável</p>
<p>ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável</p>
<p>iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não aplicável</p>
<p>Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>
<p>a) administradores do emissor: Não há.</p> <p>b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor. Não há.</p> <p>c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor. Não há.</p> <p>d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor. Não há.</p>
<p>Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>
<p>a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor. Não aplicável.</p> <p>b) controlador direto ou indireto do emissor. Não aplicável.</p> <p>c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. Não aplicável.</p>



**MODELO DE PROCURAÇÃO COM INSTRUÇÕES DE VOTO
ANEXO I**

PROCURAÇÃO	POWER OF ATTORNEY
<p>Por meio do presente instrumento de procuração, _____ [ACIONISTA – nome completo], _____ [NACIONALIDADE], _____ [ESTADO CIVIL], _____ [PROFISSÃO], portador(a) da carteira de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, na _____ [ENDEREÇO] (“Outorgante”), ou _____ [ACIONISTA – razão social], inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na _____ [ENDEREÇO], neste ato representado por seu representante legal (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. _____ [NOME COMPLETO], _____ [NACIONALIDADE], _____ [ESTADO CIVIL], _____ [PROFISSÃO], portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, _____ [NÚMERO], _____ [COMPLEMENTO], _____ [CEP] (“Procurador”), para representá-lo, na qualidade de acionista da VIVO PARTICIPAÇÕES S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a serem realizadas em primeira convocação no dia 16 de abril de 2010, às 15:00h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo examinar, discutir e votar as questões elencadas na Ordem do Dia, em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo:</p>	<p>By this Power of Attorney, _____ [SHAREHOLDER – full name], _____ [CITIZENSHIP], _____ [MARITAL STATUS], _____ [PROFESSION], with the identity card n. _____, enrolled with CPF/MF under n. _____, resident and domiciled in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS] (“Grantor”), (or _____ [SHAREHOLDER – corporate name], enrolled with CNPJ/MF under n. _____, with its headquarters in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS], hereby represented by its legal representative (“Grantor”), hereby appoints and constitutes Mr. _____ [FULL NAME], _____ [NACIONALIDADE], _____ [MARITAL STATUS], _____ [PROFESSION], with the identity card n. _____, enrolled with CPF/MF under n. _____, resident and domiciled in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS], (“Attorney-in-fact”) to represent the Grantor, in its capacity as shareholder of VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. (“Company”), in the Company’s Annual and Extraordinary Shareholders Meetings to be held on first call on April 16th, 2010, at 3pm, at the Company’s headquarters located at Avenue Roque Petroni Júnior, n 1464, , in the City of São Paulo, State of São Paulo, to examine, discuss and vote on behalf of the Grantor, in accordance with the voting instructions established below, regarding all the subjects discussed in the Agenda on behalf of the Grantor, according to the following instructions:</p>



<u>Ordem do Dia:</u>	<u>Agenda:</u>
<p>1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.</p>	<p>1. Analyze, discuss and vote on the Report of the Administration, the Financial Statements and on the respective opinions of the Independent Auditors and of the Fiscal Board, relative to the tax year ended on December 31 of 2009.</p>
<p>A favor () Contra () Abstenção ()</p>	<p>In favour () Against () Abstain ()</p>
<p>2. Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2010.</p>	<p>2. Approve the Capital Budget for 2010.</p>
<p>A favor () Contra () Abstenção ()</p>	<p>In favour () Against () Abstain ()</p>
<p>3. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2009.</p>	<p>3. Allocate the net profit of the period, related to fiscal year ended on December, 31st, 2009.</p>
<p>A favor () Contra () Abstenção ()</p>	<p>In favour () Against () Abstain ()</p>
<p>4. Fixação da remuneração global anual dos Administradores.</p>	<p>4. Fix the annual global compensation of the Administrators</p>
<p>A favor () Contra () Abstenção ()</p>	<p>In favour () Against () Abstain ()</p>
<p>5. Eleição de membros do Conselho Fiscal.</p>	<p>5. Elect the members to the Fiscal Board..</p>
<p>A favor () Contra () Abstenção ()</p>	<p>In favour () Against () Abstain ()</p>



**MODELO DE PROCURAÇÃO SEM INSTRUÇÕES DE VOTO
ANEXO II**

PROCURAÇÃO	POWER OF ATTORNEY
<p>Por meio do presente instrumento de procuração,</p> <p>_____ [ACIONISTA – nome completo], _____ [NACIONALIDADE], _____ [ESTADO CIVIL], _____ [PROFISSÃO], portador(a) da carteira de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, na _____ [ENDEREÇO] (“Outorgante”), ou _____ [ACIONISTA – razão social], inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na _____ [ENDEREÇO], neste ato representado por seu representante legal (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. _____ [NOME COMPLETO], _____ [NACIONALIDADE], _____ [ESTADO CIVIL], _____ [PROFISSÃO], portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____ [NÚMERO], _____ [COMPLEMENTO], _____ [CEP] (“Procurador”), para representá-lo, na qualidade de acionista da SOUZA CRUZ S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas em primeira convocação no dia 16 de abril de 2010, às 15:00h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo examinar, discutir, votar em nome do Outorgante, assinar o livro de presença de acionistas, as atas de Assembleia, podendo, ainda, praticar todos os atos necessários para o fiel desempenho deste mandato.</p>	<p>By this Power of Attorney, _____ [SHAREHOLDER – full name], _____ [CITIZENSHIP], _____ [MARITAL STATUS], _____ [PROFESSION], with the identity card n. _____, enrolled with CPF/MF under n. _____, resident and domiciled in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS] (“Grantor”), (or _____ [SHAREHOLDER – corporate name], enrolled with CNPJ/MF under n. _____, with its headquarters in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS], hereby represented by its legal representative (“Grantor”), hereby appoints and constitutes Mr. _____ [FULL NAME], _____ [NACIONALIDADE], _____ [MARITAL STATUS], _____ [PROFESSION], with the identity card n. _____, enrolled with CPF/MF under n. _____, resident and domiciled in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS], (“Attorney-in-fact”) to represent the Grantor, in its capacity as shareholder of SOUZA CRUZ S.A. (“Company”), in the Company’s Annual and Extraordinary Shareholders Meetings to be held on first call on April 16th, 2010, at 3pm, at the Company’s headquarters located at Avenue Roque Petroni Júnior, n 1464, , in the City of São Paulo, State of São Paulo, to examine, discuss, vote on behalf of the Grantor, sign the book of attendance, the book of shareholders minutes and anything else necessary for the full performance of this mandate.</p>